

2025

VOLUME 3 · NÚMERO 2



ISSN 3085-9085

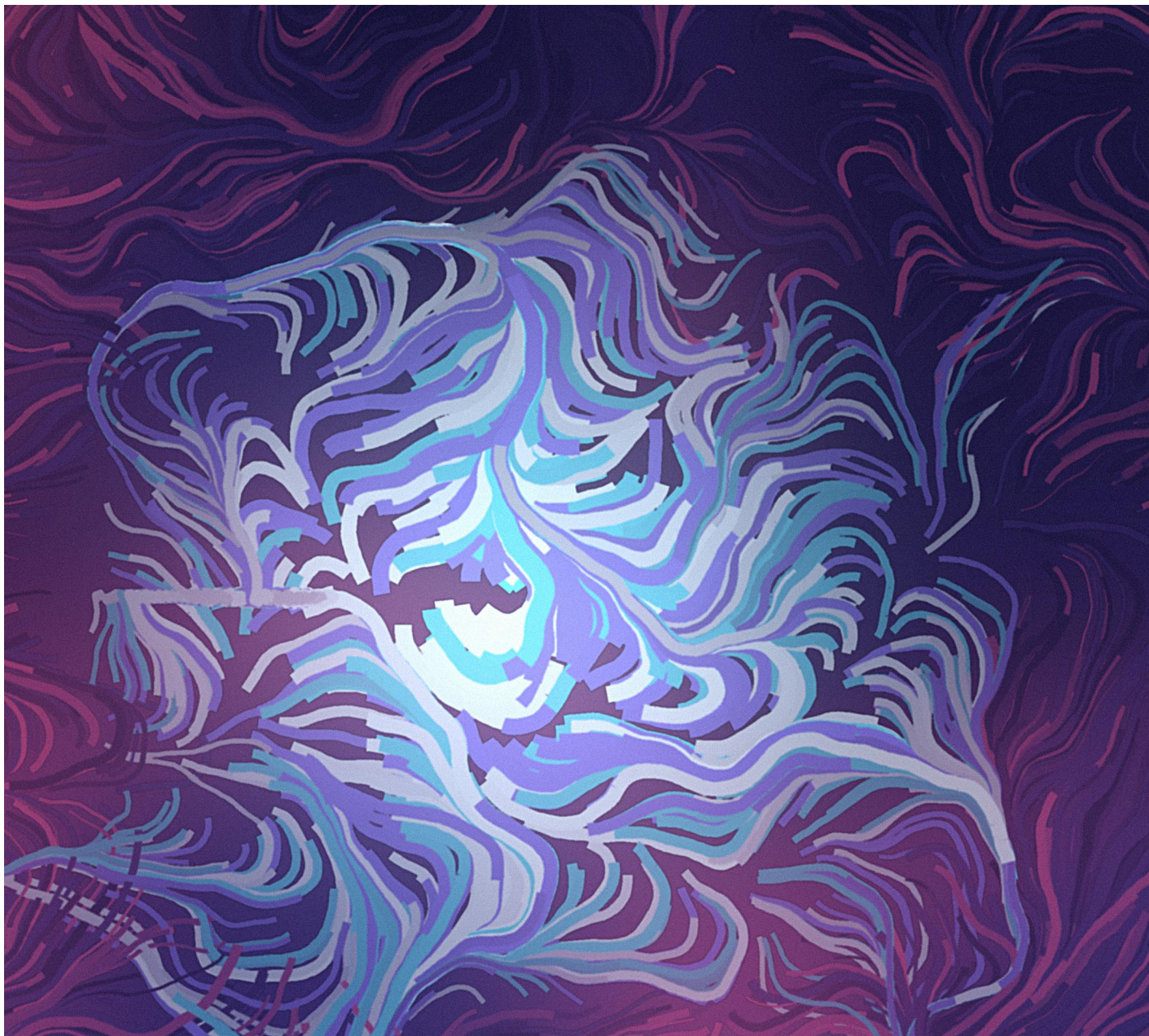
Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais

**A REALIDADE EM COLAPSO:
PSICANÁLISE E DISPOSITIVOS
DIGITAIS**

**A MÚSICA COMO FORMAÇÃO DO
INCONSCIENTE: ESCUTA E
SIMBOLIZAÇÃO**

**CONHECE-TE A TI MESMO:
SÓCRATES E O BEHAVIORISMO
RADICAL**

interapia ●



Interapia

Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais

IDENTIFICAÇÃO

Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais

ISSN 3085-9085

Volume 3, número 2 — 2025

Periodicidade: semestral neste volume

MANTENEDORA

Registro Nacional de Terapeutas e Psicanalistas — RNT

Brasil

interapia.org

CORPO EDITORIAL

Rosilei de Souza Jeremias

Editora-chefe · Mestre em Psicologia

Alexander Malaver Copara

Editor executivo · Universidade de Brasília (UnB)

Aline Duran

Editora associada · Doutora em Direito

Ricardo Silveira

Direção editorial · Diretor de Instituto, Registro Nacional de Terapeutas e Psicanalistas (RNT)

Solange Farias

Revisão institucional · Especialista em revisão institucional, comunicação pública e ética profissional

PARECERISTAS

Pareceristas *ad hoc* e consultores convidados, com titulação mínima de mestre, nas áreas de Saúde Mental, Psicanálise, Psicologia, Educação e Cultura.

ESCOPO

Publica trabalhos de psicanálise, saúde mental, psicodinâmica do trabalho e estudos de cultura, em diálogo com a clínica contemporânea. Aceita artigos originais, ensaios teóricos, relatos de experiência, estudos de caso e resenhas.

AValiação

Triagem pelo comitê editorial seguida de avaliação por pares em modalidade duplo-cego, com no mínimo dois pareceristas externos à instituição dos autores. Resenhas e editoriais não passam por avaliação por pares. Esse processo vigora para as submissões recebidas a partir de 2026.

Os artigos deste volume foram aceitos pela direção anterior sem que os pareceres tenham sido registrados. A revista não afirma, portanto, que tenham passado por avaliação duplo-cega. O que se pode declarar é o que de fato se fez: cada texto foi lido na íntegra pela editoria atual, teve a autoria confirmada no documento ou no registro editorial, teve as referências conferidas uma a uma quanto à existência e à correspondência com o que o texto cita, e foi normalizado às normas vigentes sem alteração de tese.

ACESSO E LICENÇA

Acesso aberto, sem embargo, desde a data de publicação.

Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Os autores mantêm os direitos sobre suas obras e concedem à revista o direito de primeira publicação.

TAXAS

Não há taxa de submissão. Taxa de publicação de R\$ 390,00 devida apenas após a aprovação, destinada aos custos de operação da revista, com política de isenção prevista na Política Editorial.

NORMALIZAÇÃO

Referências conforme ABNT NBR 6023. Projeto gráfico e diagramação próprios.

NOTA SOBRE ESTE VOLUME

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. Nos artigos deste volume informa-se apenas a data de publicação. A revista optou por declarar a lacuna em vez de reconstituir datas por estimativa.

Nesta edição

EDITORIAL

O que a avaliação por pares pode e não pode fazer

4

Ricardo Silveira · Solange Farias

ARTIGOS

Inconsciente coletivo e inconsciente social: uma distinção necessária para a psicanálise social das relações sociais

5

Cassia Aparecida Moises de Aquino

Imaginação ativa e a sombra pessoal: acesso ao inconsciente, integração e condições de enquadre

12

Andrey Antunes

A realidade em colapso: uma leitura psicanalítica do descolamento da realidade na era dos dispositivos digitais

19

Daniel Castelani Barreto da Silva

Ansiedade na infância e na adolescência: terapia cognitivo-comportamental e psicanálise e os limites da comparação

26

Linda Inez Melo dos Anjos

A música como formação do inconsciente: escuta, sublimação e simbolização

33

Luiz Cesar Pereira da Cunha

Reconhecimento e identificação: o sujeito entre a dialética hegeliana e o estágio do espelho lacaniano

40

Bruno Brambati Piumbini

A cor como material de simbolização: uma leitura kleiniana da arteterapia

47

Jonathan Souza Dias Moreira

Conhece-te a ti mesmo: método e ontologia na aproximação entre Sócrates e o behaviorismo radical de Skinner

54

Anna Paula Bailão Marques

O que a avaliação por pares pode e não pode fazer

Este número encerra o volume 3 e, com ele, o trabalho de recuperação do acervo anterior. A partir do próximo volume a revista passa a quadrimestral e opera sob o processo completo: triagem editorial, avaliação por pares em duplo-cego, prazo-alvo de sessenta dias e registro de cada etapa. Vale, antes disso, dizer o que esse processo faz — e sobretudo o que ele não faz.

A avaliação por pares é frequentemente apresentada como um selo de verdade. Não é. Dois pareceristas leem um texto em algumas horas, sem acesso aos dados brutos, sem repetir os procedimentos e sem verificar, uma a uma, as referências citadas. O que eles podem fazer é julgar se o argumento se sustenta, se o método corresponde ao que se afirma, se a literatura pertinente foi considerada e se as conclusões excedem o que as premissas autorizam. É muito, e é insuficiente.

A experiência deste ano mostrou por quê. Ao revisar o acervo, a editoria encontrou listas de referências que não correspondiam às obras citadas no texto, entradas bibliográficas cuja existência não se confirma, resumo e abstract descrevendo trabalhos diferentes, material empírico de terceiros apresentado como achado próprio e seções de método descrevendo procedimentos que o trabalho não executou. Nada disso é detectável por leitura atenta. Exige conferência — e conferência é trabalho de editoria, não de parecerista.

Daí a divisão que a revista adota. Ao parecerista cabe o juízo sobre o mérito: a pergunta importa, o caminho leva

a ela, a conclusão cabe no que foi mostrado. À editoria cabe a verificação material: a referência existe, o texto cita o que lista, o resumo descreve o artigo, o material clínico tem enquadre e consentimento, e nenhum artigo cita obra posterior à data do fascículo em que aparece. São tarefas distintas, e confundi-las é como se protege o que não se verificou.

Há uma consequência que convém enunciar. Verificação encontra erro, e erro encontrado precisa ser nomeado. Uma revista que confere referências vai, inevitavelmente, devolver trabalhos a autores que não esperavam ser conferidos. Isso produz atrito. O atrito é o preço, e é barato: o preço alternativo é publicar e descobrir depois, quando a correção já não depende da revista.

Os trabalhos deste número cobrem o inconsciente que circula nas relações sociais, a imaginação ativa como método, a subjetividade sob o regime de dados, o confronto entre terapia cognitivo-comportamental e psicanálise no tratamento da ansiedade infantojuvenil, e a arte como recurso clínico. São questões em aberto, tratadas por autores em diferentes momentos de formação, com o rigor que a revista pôde assegurar e as limitações que ela declara.

Ricardo Silveira

Direção editorial

Solange Farias

Revisão institucional

Inconsciente coletivo e inconsciente social: uma distinção necessária para a psicanálise social das relações sociais

Collective unconscious and social unconscious: a necessary distinction for the social psychoanalysis of social relations

Cassia Aparecida Moises de Aquino

Docente do curso de Psicanálise, Academia Enlevo, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a tese de que processos inconscientes compartilhados estruturam as relações sociais, os discursos midiáticos e a formação da opinião pública, e submete essa tese a uma distinção conceitual frequentemente omitida: a que separa o inconsciente coletivo da psicologia analítica junguiana do inconsciente social elaborado na tradição grupal analítica. O primeiro é postulado como camada filogenética da psique, povoada por arquétipos de alcance trans-histórico; o segundo designa o conjunto de arranjos, ansiedades e defesas que uma formação social determinada institui e transmite, e cuja matriz é histórica, não herdada. Argumenta-se que confundir os dois planos enfraquece precisamente a leitura crítica que a psicanálise social pretende oferecer, porque faz passar por arquetípico aquilo que é produto de história e de relações de poder. O percurso é teórico-conceitual: reconstitui-se cada noção em seus próprios termos, examina-se sua aplicação a três objetos — a formação da identidade nacional brasileira, a desmentida de traumatismos coletivos e o enquadramento midiático de papéis de gênero — e discutem-se os limites de operacionalização do campo. Conclui-se que a distinção, longe de enfraquecer a tese inicial, delimita com maior precisão aquilo que a psicanálise social pode efetivamente explicar.

Palavras-chave: inconsciente social; inconsciente coletivo; psicanálise social; subjetividade; opinião pública.

ABSTRACT

This article examines the thesis that shared unconscious processes structure social relations, media discourse and the formation of public opinion, and subjects that thesis to a conceptual distinction that is frequently omitted: the one separating the collective unconscious of Jungian analytical psychology from the social unconscious elaborated within the group-analytic tradition. The former is posited as a phylogenetic layer of the psyche, populated by archetypes of trans-historical reach; the latter designates the arrangements, anxieties and defences that a given social formation institutes and transmits, and whose matrix is historical rather than inherited. It is argued that conflating the two planes weakens precisely the critical reading that social psychoanalysis sets out to offer, since it presents as archetypal what is in fact a product of history and of power relations. The approach is theoretical and conceptual: each notion is reconstituted in its own terms, its application is examined across three objects — the formation of Brazilian national identity, the denial of collective trauma and the media framing of gender roles — and the limits of the field's operationalisation are discussed. The distinction, far from weakening the initial thesis, delimits more precisely what social psychoanalysis can actually explain.

Keywords: social unconscious; collective unconscious; social psychoanalysis; subjectivity; public opinion.

1 Introdução

A proposição de que a vida social é atravessada por processos psíquicos que escapam à deliberação dos sujeitos tem, na psicanálise, uma história tão antiga quanto a dis-

ciplina. Freud enunciou-a sem reservas ao abrir *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) com a observação de que a oposição entre psicologia individual e psicologia social é, examinada de perto, frágil: o outro comparece desde sempre na vida psíquica do sujeito, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário. Dessa premissa derivou uma linhagem de investigações sobre cultura, autoridade e mal-estar que vai de *Totem e tabu* (1913) a *O mal-estar na civilização* (1930), e que constitui o solo comum de tudo o que hoje se agrupa sob a designação de psicanálise social.

O que esse solo comum não resolve é uma ambiguidade persistente. Quando se afirma que há um inconsciente partilhado estruturando crenças, estereótipos e hierarquias, de que exatamente se está falando? A literatura de divulgação — e, com frequência, também a literatura acadêmica — responde recorrendo indistintamente a dois vocabulários que têm origens, pressupostos e consequências analíticas diferentes. De um lado, o inconsciente coletivo formulado por Jung no interior da psicologia analítica, concebido como estrato impessoal e filogenético da psique, povoado por arquétipos cuja recorrência atravessaria épocas e culturas. De outro, o inconsciente social elaborado na tradição grupalítica — Foulkes, Fromm, Dalal, Hopper — e retomado no Brasil por Penna (2022), que designa não uma herança da espécie, mas o sedimento historicamente produzido de arranjos, ansiedades e defesas que uma dada formação social institui, transmite e torna invisível a si mesma.

A tese que este artigo preserva e reelabora é a de que processos inconscientes compartilhados exercem papel determinante na constituição das relações sociais, na reprodução de estereótipos e na manutenção de hierarquias. O que se acrescenta é um exame crítico do aparato conceitual mobilizado para sustentá-la. A hipótese de trabalho é que a confusão entre os dois inconscientes não é inócua: ela enfraquece a leitura crítica que a psicanálise social pretende oferecer, pois converte em dado trans-histórico — e, portanto, em certa medida inevitável — aquilo que resulta de processos datados, localizáveis e, por isso mesmo, passíveis de transformação. Desfazer a confusão não contraria a tese; delimita-a.

Três objetos servem de prova a esse exame: a formação da identidade nacional brasileira e as narrativas de exotismo e miscigenação que a organizaram; a desmentida de traumatismos coletivos e seus efeitos sobre a memória; e o enquadramento midiático de papéis de gênero. Em cada

um deles, verifica-se qual das duas noções sustenta o argumento — e o que se perde quando a escolha não é feita.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus primário reúne os textos em que cada noção recebe formulação sistemática: de um lado, *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, *Símbolos da transformação* e *O eu e o inconsciente*, de Jung; de outro, os escritos freudianos de teoria da cultura (1913, 1921, 1927, 1930) e a elaboração grupalítica do inconsciente social em Foulkes (1948), Fromm (1970), Dalal (1998) e Hopper e Weinberg (2011).

O corpus secundário é constituído por trabalhos brasileiros publicados entre 2022 e 2025 em periódicos com revisão por pares que tratam diretamente da articulação entre processos inconscientes e formações sociais: Penna (2022), sobre o inconsciente social dos brasileiros; Maia, Santos e Okamoto (2023), sobre desmentida e traumatismo social; Portela e Guazina (2024), sobre enquadramento midiático e feminino; Damascena (2024), sobre laços e virtualidade; e Santos, Perrella e Marino (2025), sobre prática pública de psicanálise em território.

O critério de inclusão foi duplo: publicação em periódico com revisão por pares ou obra de referência reconhecida no campo; e tratamento explícito da articulação entre o psíquico e o social, não meramente ilustrativo. O critério de exclusão descartou textos de divulgação e referências cuja atribuição não pôde ser confirmada em base editorial. Procedeu-se em três etapas: reconstituição de cada noção em seus próprios termos; aplicação de cada uma aos três objetos selecionados; e discussão dos limites de operacionalização.

3 Dois inconscientes, duas gramáticas

3.1 O inconsciente coletivo na psicologia analítica

Jung introduz o inconsciente coletivo como resposta a um problema de alcance: o inconsciente pessoal, constituído por conteúdos que foram conscientes e deixaram de sê-lo, não daria conta de motivos que reaparecem em sujeitos sem acesso às fontes culturais correspondentes. A hipótese é então a de um estrato mais profundo, impessoal e comum, que não deriva da experiência individual e cujos elementos estruturantes são os arquétipos — não imagens prontas, mas disposições formais, esquemas de represen-

tação que se preenchem com o material histórico disponível.

Dois traços dessa formulação importam aqui. O primeiro é seu caráter filogenético: o inconsciente coletivo é herdado, pertence à espécie, e sua universalidade é justamente o que o define. O segundo é a sua função explicativa: ele dá conta de recorrências — a repetição de motivos em mitologias distantes, a persistência de figuras simbólicas em produções artísticas separadas no tempo. É uma teoria da permanência.

Daí decorre seu limite para a análise social. Uma teoria da permanência explica mal a diferença. Se o que se quer compreender é por que uma sociedade determinada produziu certos arranjos de exclusão e não outros, o recurso ao arquétipo oferece pouca tração: a universalidade que o torna potente para a comparação entre mitologias torna-o cego para a especificidade histórica. Tomar por arquetípica uma hierarquia social é, na prática, subtraí-la à história — e com ela, à possibilidade de crítica.

3.2 O inconsciente social na tradição grupanalítica

A noção de inconsciente social tem outra genealogia. Ela se constitui no cruzamento entre a psicanálise freudiana da cultura e a grupanalise de Foulkes (1948), para quem o grupo não é um agregado de indivíduos mas uma matriz — uma rede de comunicação em que o psiquismo individual se forma e na qual já está inscrito. Fromm (1970) acrescentou a esse quadro a tese de que cada formação social produz os filtros que determinam o que, nela, pode e não pode tornar-se consciente. Dalal (1998) radicalizou a crítica, mostrando que a própria distinção entre interno e externo é, ela mesma, socialmente produzida. Hopper e Weinberg (2011) sistematizaram o campo, definindo o inconsciente social como o conjunto de arranjos sociais, culturais e comunicacionais de que as pessoas não têm

consciência, na medida em que não os percebem como constrangimentos.

A diferença decisiva em relação ao inconsciente coletivo é a origem. Aqui nada é herdado da espécie: o que é transmitido é histórico, produzido em relações concretas de poder, e por isso varia de uma formação social a outra. O inconsciente social é uma teoria da *sedimentação*, não da permanência. Seu objeto não é o que se repete em toda parte, mas o que, num lugar e num tempo, tornou-se tão evidente que deixou de ser visto.

É nessa chave que Penna (2022) propõe afinar a escuta sobre o inconsciente social dos brasileiros. Importa registrar — e a observação é central para o argumento deste artigo — que a autora opera inteiramente dentro da tradição grupanalítica, articulando Foulkes, Fromm, Dalal e Hopper a Freud e a uma leitura foucaultiana dos dispositivos de poder. Não há, em sua elaboração, recurso ao inconsciente coletivo junguiano. Citar Penna como se ela sustentasse uma tese sobre arquétipos é, portanto, atribuir-lhe o oposto do que propõe: onde ela lê história sedimentada, lê-se herança filogenética.

3.3 O que a distinção preserva

Poder-se-ia objetar que a distinção é escolástica, uma vez que ambas as noções apontam para o mesmo fenômeno — a existência de determinações psíquicas não deliberadas na vida coletiva. A objeção é improcedente por uma razão prática: as duas noções autorizam conclusões diferentes sobre o mesmo material. Diante de um padrão de subalternização recorrente, a leitura arquetípica tenderá a identificar nele a atualização de uma figura simbólica de longa duração; a leitura grupanalítica perguntará que arranjos históricos o instituíram, que defesas o mantêm fora do exame e a que interesses sua invisibilidade serve. Somente a segunda produz um objeto sobre o qual se possa intervir.

CRITÉRIO	INCONSCIENTE COLETIVO	INCONSCIENTE SOCIAL	CONSEQUÊNCIA ANALÍTICA
Origem	Filogenética; herdada pela espécie	Histórica; produzida em relações sociais concretas	Só a segunda admite datação e crítica
Unidade	Arquétipo: disposição formal de representação	Matriz grupal: rede de comunicação e pertencimento	Mudam o nível e o método de análise
Explica bem	Recorrência de motivos entre culturas distantes	Especificidade de uma formação social determinada	Permanência <i>versus</i> sedimentação
Limite	Cega para a diferença histórica entre sociedades	Não dá conta de regularidades trans-históricas	Os campos de aplicação não coincidem
Risco	Naturalizar hierarquias como destino simbólico	Dissolver o psíquico em determinação sociológica	Erros simétricos e evitáveis

Tabela 1 — Comparação entre o inconsciente coletivo da psicologia analítica e o inconsciente social da tradição grupalítica. A coluna final registra a consequência de cada distinção para o trabalho analítico, não um juízo sobre o valor teórico das noções.

4 Formações sociais e transmissão

4.1 Identidade nacional e narrativas de origem

A análise de Penna (2022) sobre o inconsciente social dos brasileiros oferece o caso mais direto. A autora examina como dois operadores — o exotismo e a miscigenação — foram incorporados ao imaginário nacional como traços naturais e, nessa condição, passaram a organizar desde interações cotidianas até a formulação de políticas. O ponto não é que essas narrativas sejam falsas no sentido de uma simples inexatidão factual; é que sua eficácia depende de não serem examinadas. A ideia de uma convivência racial harmônica, consolidada como autoimagem nacional ao longo do século XX, opera menos como descrição do que como dispositivo: ao afirmar a inexistência do conflito, torna indizível a desigualdade que o produz.

O que torna esse mecanismo legível é precisamente a gramática do inconsciente social. Trata-se de conteúdos que não foram recalçados por um sujeito, mas instituídos por uma formação histórica e transmitidos como evidência partilhada. Um recurso ao arquétipo não acrescentaria nada ao argumento e subtrairia o essencial: a datação. A naturalização do exotismo é um efeito do processo colonial, não a expressão de uma figura simbólica universal — e é por ser histórica que pode ser desfeita.

4.2 Desmentida, memória e traumatismo social

Maia, Santos e Okamoto (2023), no quadro da psicanálise das configurações vinculares, examinam o estatuto psíquico do que denominam desmentida: não a negação individual de um conteúdo penoso, mas a operação social pela qual a realidade de um sofrimento é retirada de circulação, de modo que a experiência permanece sem inscrição

possível. O traumatismo social não decorre apenas do acontecimento, mas do fato de ele não encontrar testemunho que o valide.

As consequências são de ordem vincular. Quando acontecimentos de violência coletiva são sistematicamente retirados do discurso público, o efeito não se limita à lacuna documental: compromete-se a possibilidade de elaboração, e a ausência de inscrição transmite-se às gerações seguintes como um vazio que opera sem poder ser nomeado. É nesse sentido preciso que se pode falar em transmissão intergeracional — não como herança de conteúdos, mas como transmissão de uma falha de simbolização.

Também aqui a distinção conceitual é produtiva. Um vazio de inscrição não é um arquétipo. Ele tem data, agentes e beneficiários, e é essa determinação que torna possível o trabalho de restituição — sob a forma de pesquisa histórica, de políticas de memória ou de dispositivos de escuta coletiva.

5 Mídia, discurso e opinião pública

5.1 Enquadramento, estereótipo e feminino

Os dispositivos midiáticos não apenas informam: selecionam, hierarquizam e enquadram, e nessa operação participam da constituição daquilo que o público toma por realidade. Portela e Guazina (2024) analisam, nessa chave, a cobertura de casos de violência contra mulheres amplamente difundidos na imprensa brasileira, mostrando como o tratamento jornalístico e judicial reiterou um conjunto estável de posições atribuídas ao feminino — e, com ele, mecanismos de deslocamento da responsabilidade para a vítima.

Em termos psicanalíticos, o fenômeno mobiliza identificação e projeção: o leitor reconhece-se em certas posições narrativas e rejeita outras segundo disposições que não lhe são transparentes. O que interessa reter, porém, é que a estabilidade dessas posições ao longo de décadas não autoriza inferi-las de um fundo simbólico universal. Ela indica, mais modestamente e com mais consequência, que determinadas atribuições de papel permaneceram disponíveis no repertório discursivo porque instituições — imprensa, sistema de justiça, mercado — continuaram a reproduzi-las. A diferença entre as duas leituras é a diferença entre constatar uma fatalidade e identificar uma responsabilidade.

5.2 Digitalização do laço e aceleração do discurso

Damascena (2024) examina os efeitos da virtualização sobre os laços amorosos, observando como a mediação digital, articulada a uma lógica de gratificação imediata, favorece vínculos de baixa duração e dificulta a construção de laços estáveis. A extensão desse achado ao campo da opinião pública deve ser feita com prudência — o objeto do autor é o laço amoroso, não o debate político —, mas o mecanismo descrito é pertinente: quando a economia da atenção privilegia a resposta imediata, o conteúdo que circula tende a ser aquele capaz de mobilizar afeto no menor intervalo.

Disso decorre uma hipótese formulável, ainda que não demonstrada no material aqui reunido: ambientes digitais de alta velocidade favorecem a circulação de discursos que operam por indignação, medo ou euforia, em detrimento daqueles que exigem suspensão do juízo. Não é necessário postular um inconsciente arquetípico para explicá-lo. Basta reconhecer que mecanismos psíquicos de identificação e projeção, bem documentados desde Freud (1921), encontram em certas arquiteturas comunicacionais condições particularmente favoráveis de exercício.

6 Limites de operacionalização

O principal obstáculo da psicanálise social não é teórico, mas metodológico. Suas categorias — matriz grupal, desmentida, filtro social — descrevem com finura processos que resistem à mensuração, e o campo tem produzido muito mais análise interpretativa do que protocolo de intervenção. A consequência prática é que suas contribuições raramente se traduzem em desenho de política pública.

Santos, Perrella e Marino (2025) indicam uma via de resposta ao relatarem uma prática pública de psicanálise ori-

entada pelas noções de coletivo e de território. O deslocamento é significativo: em lugar de aplicar categorias ao social como quem interpreta um texto, trata-se de constituir dispositivos de escuta situados, em que a elaboração se dá no próprio espaço coletivo. Isso não resolve o problema da avaliação — permanece em aberto como aferir efeito —, mas desloca o campo da análise para a intervenção, que é a condição de qualquer avaliação futura.

Resta uma dificuldade de ordem epistemológica. Afirmar sobre o inconsciente de uma coletividade são, por construção, não verificáveis pelo relato de seus membros: é da definição do conceito que aquilo que ele designa não esteja disponível à consciência de quem o vive. Essa estrutura torna o campo vulnerável à objeção de irrefutabilidade. A resposta disponível não é epistemológica, mas pragmática: avaliar as leituras pela sua fecundidade — pelo que tornam visível, pelas intervenções que autorizam e pelos efeitos documentáveis dessas intervenções.

Considerações finais

O percurso sustenta a tese de partida e a específica. Processos inconscientes compartilhados de fato participam da estruturação das relações sociais, da reprodução de estereótipos e da manutenção de hierarquias — mas o conceito que torna essa participação analisável é o de inconsciente social, não o de inconsciente coletivo.

Três conclusões decorrem. A primeira é que a distinção entre as duas noções tem consequência prática, e não apenas terminológica: a gramática arquetípica explica recorrência, a gramática grupal analítica explica sedimentação histórica, e os objetos examinados neste artigo — identidade nacional, desmentida de traumatismos, enquadramento de gênero — são todos objetos do segundo tipo. Nomear um arranjo histórico como arquetípico é, no limite, torná-lo irrecusável.

A segunda é que o rigor conceitual aqui reivindicado reforça, em vez de enfraquecer, o alcance crítico da psicanálise social. É por serem históricos que os arranjos descritos podem ser desfeitos; a crítica depende dessa contingência. A psicologia analítica permanece um instrumento legítimo e produtivo para outras perguntas — a análise de produções simbólicas, a investigação de recorrências míticas —, e nada neste artigo pretende contestar esse valor. O que se contesta é o uso de suas categorias fora do domínio em que operam.

A terceira é que o campo carece de mediações entre interpretação e intervenção. A experiência de práticas públicas

situadas sugere um caminho, mas exige, para consolidar-se, o desenvolvimento de desenhos avaliativos compatíveis com a natureza de seu objeto. Esse é o trabalho a fazer: menos a afirmação de que o inconsciente estrutura o social — proposição que a tradição já estabeleceu — do que a construção dos dispositivos pelos quais essa estruturação possa ser escutada, nomeada e, quando o caso, transformada.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- DALAL, F. *Taking the group seriously: towards a post-Foulkesian group analytic theory*. London: Jessica Kingsley, 1998.
- DAMASCENA, J. V. Laços amorosos, contemporaneidade e virtualidade: um estudo teórico à luz da psicanálise. *Leitura Flutuante*, São Paulo, v. 16, n. 2, 2024.
- FOULKES, S. H. *Introduction to group-analytic psychotherapy*. London: Heinemann, 1948.
- FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-191.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 79-154.
- FREUD, S. O futuro de uma ilusão (1927). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-71.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 73-171.
- FROMM, E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HOPPER, E.; WEINBERG, H. (org.). *The social unconscious in persons, groups and societies*. v. 1: Mainly theory. London: Karnac, 2011.
- JUNG, C. G. *Símbolos da transformação*. Obras completas, v. 5. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Obras completas, v. 7/2. Petrópolis: Vozes, 1978.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAIA, B. B.; SANTOS, M. A. dos; OKAMOTO, M. Y. Memória, desmentida e traumatismo social sob a ótica da Psicanálise das Configurações Vinculares. *Psicologia USP*, v. 34, e200214, 2023.
- PENNA, C. Afinando a escuta sobre o "Inconsciente Social dos Brasileiros". *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 47, p. 11-34, 2022.
- PORTELA, J. B.; GUAZINA, F. M. N. Ângela Diniz e Mariana Ferrer: um olhar da psicanálise sobre o feminino. *PSI UNISC*, v. 8, n. 1, p. 263-279, 2024.
- SANTOS, A.; PERRELLA, A. C.; MARINO, A. S. Uma prática pública de psicanálise: coletivo e território. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, n. 23, p. 18-29, 2025.

COMO CITAR

AQUINO, C. A. M. Inconsciente coletivo e inconsciente social: uma distinção necessária para a psicanálise social das relações sociais. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 5-11, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Imaginação ativa e a sombra pessoal: acesso ao inconsciente, integração e condições de enquadre

Active imagination and the personal shadow: access to the unconscious, integration and conditions of the clinical frame

Andrey Antunes

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

A sombra pessoal, tal como formulada por Carl Gustav Jung, designa o conjunto de traços, afetos e potencialidades que o ego exclui da autoimagem ao longo de sua constituição, e cuja permanência fora da consciência produz projeção, irrupção afetiva e empobrecimento da personalidade. Este artigo examina a imaginação ativa como método de confronto com essa instância e discute a hipótese de que um ponto de entrada previamente delimitado possa tornar o procedimento mais acessível sem descaracterizá-lo. O percurso é teórico-conceitual e se organiza em três movimentos: delimita-se a sombra pessoal e sua distinção frente à sombra coletiva; reconstitui-se a arquitetura da imaginação ativa em suas fases, separando-a de procedimentos vizinhos com os quais é correntemente confundida — devaneio, visualização guiada e fantasia passiva; e formula-se a proposta de um roteiro estruturado de acesso, aqui designado Protocolo LS, cujo estatuto é o de hipótese de trabalho e não o de instrumento validado. Sustenta-se que o ganho de acessibilidade só é legítimo quando acompanhado da explicitação das condições de indicação, das contraindicações reconhecidas desde Jung e da exigência de enquadre analítico conduzido por profissional habilitado.

Palavras-chave: psicologia analítica; sombra pessoal; imaginação ativa; individuação; enquadre clínico.

ABSTRACT

The personal shadow, as formulated by Carl Gustav Jung, designates the set of traits, affects and potentialities that the ego excludes from its self-image during its constitution, and whose permanence outside consciousness produces projection, affective irruption and impoverishment of the personality. This article examines active imagination as a method of confrontation with this instance and discusses the hypothesis that a previously delimited entry point might render the procedure more accessible without distorting it. The approach is theoretical-conceptual and unfolds in three movements: the personal shadow is delimited and distinguished from the collective shadow; the architecture of active imagination is reconstituted in its phases, separating it from neighbouring procedures with which it is commonly confused — reverie, guided visualisation and passive fantasy; and a structured access protocol is proposed, here designated the LS Protocol, whose status is that of a working hypothesis rather than a validated instrument. It is argued that gains in accessibility are legitimate only when accompanied by explicit statements of indication, of the contraindications recognised since Jung, and of the requirement of an analytic frame conducted by a qualified professional.

Keywords: analytical psychology; personal shadow; active imagination; individuation; clinical frame.

1 Introdução

Entre os conceitos que a psicologia analítica legou ao vocabulário corrente, poucos sofreram desgaste tão acentuado quanto o de sombra. A expressão circula hoje em registros que pouco devem a Jung — manuais de desenvolvimento pessoal, discursos de autoajuda, programas de

treinamento emocional — e nessa circulação perdeu boa parte de sua precisão. O mesmo se deu com a imaginação ativa, frequentemente apresentada como exercício de visualização ou como variante de prática meditativa, quando se trata de um método com arquitetura própria, exigências definidas e um alcance que Jung jamais considerou universal.

Esse desgaste não é apenas terminológico. Ele tem consequência prática, porque desloca para fora do enquadre analítico um procedimento que foi concebido dentro dele. A imaginação ativa não é uma técnica de relaxamento nem um instrumento de produtividade psíquica: é um confronto deliberado com conteúdos que o ego excluiu, conduzido num espaço delimitado e com a possibilidade de amparo quando a intensidade do material excede a capacidade de elaboração do momento. Dissolver essas condições em nome da acessibilidade é trocar um ganho aparente por um risco real.

O presente artigo parte de uma tensão que considera legítima. De um lado, a constatação de que a abertura radical do método clássico — que pede ao sujeito que esvazie a consciência e aguarde o que emerge — pode intimidar justamente quem mais se beneficiaria do diálogo com o inconsciente, por não oferecer ponto de apoio algum ao ego que se aproxima. De outro, a necessidade de que qualquer tentativa de reduzir esse limiar preserve o que distingue a imaginação ativa de seus sucedâneos: a autonomia reconhecida às figuras internas e a exigência de posicionamento moral diante delas.

A hipótese aqui examinada é a de que um ponto de entrada previamente delimitado — isto é, o ingresso no procedimento a partir de uma figura de sombra já identificada em trabalho prévio, em vez da espera por emergência espontânea — possa reduzir a resistência inicial sem suprimir a tensão psíquica de que o método depende. Essa hipótese é formulada como tal, e não como achado. O artigo a desenvolve em sua consistência teórica, nomeia as condições que tornariam sua verificação possível e explicita as salvaguardas sem as quais sua aplicação seria indevida.

Cabe uma delimitação de campo. O vocabulário mobilizado é o da psicologia analítica, não o da psicanálise freudiana, e a distinção não é de nomenclatura. Sombra, individuação, inconsciente coletivo e função transcendente pertencem a um edifício conceitual próprio, com uma teoria do inconsciente que não se reduz ao recalcado e uma finalidade terapêutica que não se esgota na suspensão do sintoma. Onde os dois vocabulários se tocam — na noção de

repressão, por exemplo — a sobreposição é parcial e convém não tratá-la como identidade.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, orientada à delimitação de um conceito e à formulação de uma proposta metodológica. Não houve produção de dados empíricos, aplicação de instrumentos, coleta de relatos ou qualquer forma de intervenção sobre participantes humanos.

O corpus primário reúne os textos em que Jung formula a sombra e descreve a imaginação ativa: *O eu e o inconsciente*, *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, *A natureza da psique*, *A prática da psicoterapia*, *Mysterium coniunctionis* e o relato autobiográfico de *Memórias, sonhos, reflexões*, em que o método é apresentado em sua origem experiencial. O corpus secundário compreende a literatura junguiana pós-freudiana que tratou especificamente do procedimento — a compilação organizada por Chodorow, a sistematização de Johnson, os trabalhos de von Franz sobre a figura da sombra, as exposições de Stein sobre individuação e método, e a coletânea organizada por Zweig e Abrams.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento direto e sistemático de um dos dois conceitos em exame, e procedência de obra de referência da tradição analítica ou de editora de catálogo reconhecido. O critério de exclusão descartou literatura de divulgação e de desenvolvimento pessoal que emprega o vocabulário junguiano sem filiação teórica demonstrável, bem como obras que, embora citadas em versões anteriores deste trabalho, não sustentam nenhuma das proposições efetivamente defendidas.

O procedimento analítico obedeceu a três etapas: reconstituição conceitual da sombra pessoal em seus próprios termos e em contraste com a sombra coletiva; reconstituição da arquitetura da imaginação ativa e sua delimitação frente a procedimentos vizinhos; e formulação da proposta de roteiro estruturado, acompanhada do exame de suas condições de legitimidade.

3 A sombra pessoal

3.1 Constituição e extensão

A sombra pessoal não é um depósito de defeitos nem um sinônimo psicológico para o mal. É o resultado necessário de um processo de adaptação: ao identificar-se com os traços que o ambiente familiar, escolar e cultural encoraja, o

sujeito em formação simultaneamente exclui da autoimagem aqueles que esse mesmo ambiente desencoraja. Ego e sombra constituem-se, portanto, aos pares, a partir da mesma experiência de vida (Zweig; Abrams, 2022). O que vai para a sombra não é o que é objetivamente reprovável, mas o que foi incompatível com a imagem que precisou ser sustentada.

Dessa constituição decorre uma consequência frequentemente ignorada: a sombra contém tanto o que foi recusado por ser hostil quanto o que foi recusado por ser inconveniente. Agressividade, inveja e egoísmo habitam-na, mas também a espontaneidade sufocada, a capacidade criativa que não encontrou espaço, a assertividade que a adaptação exigiu suprimir. Jung designa esse segundo estrato como o ouro contido na sombra, e a expressão não é ornamental: indica que o empobrecimento produzido pela exclusão é tão real quanto o perigo produzido pela irrupção (Jung, 2011a; Nante, 2023). Uma personalidade que logrou excluir integralmente sua sombra não é uma personalidade virtuosa, mas uma personalidade pálida, unilateral e desenraizada de sua base instintiva.

3.2 Distinção frente à sombra coletiva

A sombra pessoal deve ser rigorosamente distinguida da sombra coletiva, e a confusão entre ambas produz erros de leitura com consequências clínicas. A sombra pessoal é biográfica: compõe-se de conteúdos que este sujeito, nesta história, excluiu. É acessível à anamnese, reconhecível nas projeções cotidianas e, em princípio, integrável pelo trabalho analítico individual.

A sombra coletiva pertence a outro registro. Situa-se no plano arquetípico, não deriva da biografia e manifesta-se nas formações culturais em que a destrutividade humana se organiza coletivamente (Jung, 2011b). Seu confronto não se resolve por integração individual, e tratá-la como se fosse matéria de trabalho pessoal produz dois equívocos simétricos: a inflação, em que o sujeito se atribui proporções arquetípicas, e a diluição, em que responsabilidades concretas se dissolvem em categorias impessoais. A proposta desenvolvida neste artigo dirige-se exclusivamente à sombra pessoal, e essa restrição é constitutiva, não acidental.

3.3 Autonomia e projeção

A sombra não aguarda passivamente ser descoberta. Dispõe de carga afetiva própria e manifesta-se de modo autônomo quando não reconhecida, sobretudo pela projeção — mecanismo pelo qual os traços recusados são percebidos como pertencentes a outrem. A desproporção do afeto é o indicador diagnóstico: a hostilidade que excede largamente o que a situação justifica assinala, com frequência, que algo próprio está sendo combatido no outro (Von Franz, 2002).

Dessa autonomia decorre a dificuldade central do trabalho de integração. A sombra resiste, e resiste por duas vias convergentes. O ego, identificado com a persona, teme a perda de controle e o dano à autoimagem que o reconhecimento implicaria. E a própria figura excluída, por ter sido rejeitada longamente, apresenta-se hostil e desconfiada diante da consciência que a exilou (Stein, 2006). É no impasse entre esses dois movimentos que a imaginação ativa encontra sua indicação precisa.

4 A imaginação ativa

4.1 Delimitação conceitual

A imaginação ativa é o método pelo qual o sujeito estabelece diálogo deliberado com as figuras autônomas do inconsciente, reconhecendo-lhes consistência própria e posicionando-se eticamente diante do que elas enunciam. Jung o desenvolveu a partir de sua própria experiência no período que originaria o *Liber Novus*, e só posteriormente o formalizou como procedimento transmissível (Jung, 2013b; Chodorow, 1997).

A delimitação importa porque o método é correntemente confundido com procedimentos que compartilham sua superfície imagética e diferem dele no essencial. Três distinções são decisivas. O devaneio é produção imagética espontânea em que o ego permanece espectador e nenhuma interlocução se estabelece. A visualização guiada opera no sentido inverso: as imagens são fornecidas de fora, por um roteiro ou por um condutor, e o inconsciente não as origina. A fantasia passiva, finalmente, pode trazer material genuinamente inconsciente, mas sem que o ego o confronte — razão pela qual, como adverte von Franz, a imagem apenas observada dissipa-se sem efeito duradouro (Zweig; Abrams, 2022).

PROCEDIMENTO	ORIGEM DAS IMAGENS	POSIÇÃO DO EGO	EXIGÊNCIA ÉTICA
Devaneio	Inconsciente, sem direção	Espectador; sem interlocução	Ausente
Visualização guiada	Externa: roteiro ou condutor	Receptor de conteúdo fornecido	Ausente
Fantasia passiva	Inconsciente	Observa sem confrontar	Ausente; a imagem se dissipa
Imaginação ativa	Inconsciente, acolhido sem indução	Interlocutor que sustenta posição	Constitutiva do método

Tabela 1 — Delimitação da imaginação ativa frente a procedimentos imagéticos vizinhos. A exigência ética — posicionar-se diante da figura sem identificar-se com ela nem rejeitá-la — é o critério que singulariza o método.

4.2 Arquitetura do procedimento

A imaginação ativa desdobra-se em quatro fases que, embora variem na expressão individual, mantêm ordenação estável (Stein, 2023; Johnson, 1986).

A primeira é a suspensão do fluxo dirigido de pensamento. O sujeito desliga deliberadamente a atenção da percepção do mundo externo e relaxa o controle do ego que julga, ordena e antecipa. Não se trata de esvaziamento místico, mas da criação de condições para que algo não previsto possa emergir (Jung, 2011a).

A segunda é o acolhimento da imagem. A partir desse estado, uma figura, uma voz ou uma sensação toma forma. A tarefa do ego é dupla e exige equilíbrio: atender à imagem sem dominá-la e sem interpretá-la prematuramente, pois a interpretação antecipada a reduz a ilustração de um saber já constituído.

A terceira é a expressão em forma tangível — escrita, desenho, modelagem, movimento. Essa materialização não é acessório estético. Ao converter a experiência interna em objeto externo, o ego constitui um ponto de referência estável com o qual pode efetivamente relacionar-se, impedindo que o ocorrido se dissolva na memória difusa da fantasia (Chodorow, 1997).

A quarta é o confronto moral, e é ela que distingue o método de qualquer prática contemplativa. A figura deve ser tratada como personalidade autônoma: interrogada quanto a suas demandas, escutada em suas razões, e respondida. O sujeito deve sustentar uma posição — sem identificar-se com a figura, o que equivaleria a ser por ela possuído, e sem rejeitá-la, o que restauraria a exclusão de origem. A integração ocorre quando o sujeito assume responsabilidade pelo que foi revelado e examina como aquela energia pode inscrever-se construtivamente na vida desperta (Stein, 2023).

4.3 Indicação, contraindicação e enquadre

Jung foi explícito quanto ao fato de a imaginação ativa não ser indicada indistintamente, e essa advertência é parte do método, não uma reserva acessória. O procedimento mobiliza deliberadamente conteúdos autônomos e supõe que o ego disponha de solidez suficiente para sustentar o confronto sem ser submergido. Onde essa condição não se verifica, o mesmo movimento que produziria integração produz invasão.

Daf decorrem contraindicações reconhecidas na literatura analítica: quadros em que a fronteira entre realidade psíquica e realidade compartilhada esteja fragilizada, estados agudos de desorganização, situações de crise em que a capacidade de elaboração esteja temporariamente suspensa. Em tais casos, o método é contraindicado, e a avaliação dessa condição não é tarefa do próprio sujeito — é ato clínico, que supõe formação e habilitação (Stein, 2020).

Disso resulta o ponto de maior consequência prática deste artigo. A imaginação ativa não constitui procedimento de autoajuda aplicável sem acompanhamento. A indicação pressupõe avaliação prévia por profissional habilitado; a condução pressupõe enquadre, isto é, continência, regularidade e disponibilidade de amparo quando o material excede o que o momento comporta; e a eventual investigação do método em contexto de pesquisa pressupõe, além disso, consentimento documentado e apreciação ética formal. Nenhuma dessas exigências é dispensada pelo fato de o roteiro ser estruturado — ao contrário, a estruturação torna o procedimento mais facilmente reproduzível e, por isso mesmo, torna a explicitação das salvaguardas mais necessária, não menos.

5 Um ponto de entrada estruturado

5.1 Fundamento da proposta

A dificuldade de acesso ao método clássico tem causa identificável. A primeira fase pede ao sujeito que suspenda o controle e aguarde sem saber o que virá, e essa inde-

terminação pode intensificar precisamente a ansiedade que mobiliza a resistência do ego. Para quem não dispõe de familiaridade com estados de atenção interiorizada, o limiar inicial é alto.

A proposta aqui formulada — designada Protocolo LS, de Luz e Sombra — consiste em deslocar o trabalho de identificação da figura para um momento anterior à sessão imaginativa. Em vez de aguardar emergência espontânea, o sujeito ingressa no procedimento já orientado para uma figura de sombra previamente reconhecida no trabalho analítico. O que se oferece é um ponto de apoio ao ego que se aproxima, não uma abreviação do confronto.

A objeção previsível é que a delimitação prévia suprimiria a espontaneidade de que o método depende, reduzindo-o a visualização dirigida. A objeção merece resposta, e a resposta é conceitual. O que se delimita previamente é o endereço do encontro, não o conteúdo do que será dito. A figura permanece autônoma: pode recusar o diálogo, apresentar-se de forma inesperada, enunciar demandas que contrariam a expectativa. A tensão psíquica de que Jung faz condição do método não é suprimida pela orientação prévia — é, plausivelmente, antecipada, uma vez que o sujeito ingressa sabendo com que ordem de material se defrontará.

5.2 Organização do roteiro

O roteiro organiza-se em cinco momentos. A preparação estabelece condições externas de silêncio e continência e dispõe o sujeito para o trabalho. A ativação conduz a atenção da percepção externa para o registro imagético, por meio de uma sequência gradual que não prescreve conteúdos. A constituição do espaço corresponde à delimitação do que a tradição designa *temenos* — o recinto protegido em que o encontro pode dar-se de forma contida. O encontro e o diálogo constituem o momento propriamente dito do confronto, com escuta das razões da figura e sustentação de posição diante delas. O retorno restitui a orientação para a realidade compartilhada e encaminha o registro da experiência em forma tangível.

Dois pontos exigem reserva explícita. O primeiro diz respeito à introdução de figuras de amparo na fase de constituição do espaço: tais figuras, quando mobilizadas, devem provir do repertório simbólico do próprio sujeito e não ser sugeridas pelo condutor, sob pena de converter a imaginação ativa em visualização guiada e de impor conteúdo confessional a quem não o partilha. O segundo diz respeito a qualquer sistema prévio de classificação de figuras de sombra: um inventário dessa ordem pode auxiliar a nome-

ação, mas não substitui a identificação clínica, nem possui estatuto diagnóstico, nem deriva por dedução de teorias motivacionais gerais com as quais eventualmente dialogue (Maslow, 1970).

5.3 Estatuto da proposta

O Protocolo LS é apresentado como hipótese de trabalho. Não se afirma, neste artigo, que ele seja eficaz, nem que sua acessibilidade esteja demonstrada, nem que possa ser empregado fora de enquadre analítico. O que se sustenta é que a proposta é teoricamente consistente com os princípios do método e que sua verificação é possível.

Essa verificação exige desenho que o presente trabalho não realiza: amostra de dimensão adequada, inclusão deliberada de sujeitos sem experiência prévia em práticas de atenção interiorizada — já que é precisamente para eles que o ganho de acessibilidade é postulado —, grupo de comparação submetido ao procedimento clássico, instrumentos aplicados antes e depois da intervenção, condução por profissionais habilitados, consentimento documentado e aprovação por comitê de ética em pesquisa. Relatos de transformação colhidos de um ou dois sujeitos, por mais vívidos que sejam, não permitem distinguir o efeito do roteiro do efeito da expectativa, da relação estabelecida ou da familiaridade prévia do próprio sujeito com estados de atenção interiorizada.

Essa prudência não enfraquece a proposta; delimita o que ela pode legitimamente reivindicar no estado atual de sua formulação.

6 Considerações finais

Três conclusões decorrem do percurso.

A primeira é conceitual. A imaginação ativa distingue-se de devaneio, visualização guiada e fantasia passiva por um critério único e não negociável: a exigência de que o ego sustente posição ética diante de uma figura reconhecida como autônoma. Procedimentos que preservem a superfície imagética e dispensem essa exigência podem ter valor próprio, mas não são imaginação ativa, e designá-los assim obscurece tanto o que oferecem quanto o que não oferecem.

A segunda é metodológica. A hipótese de que um ponto de entrada previamente delimitado reduza o limiar de acesso sem descaracterizar o método é consistente com os princípios da psicologia analítica e merece investigação. Sua plausibilidade teórica, contudo, não equivale a demonstração, e a distância entre uma e outra só se vence

por pesquisa conduzida com os recursos metodológicos e as salvaguardas éticas correspondentes.

A terceira é clínica, e é a que o artigo considera mais consequente. Todo ganho de acessibilidade em procedimentos que mobilizam conteúdos autônomos deve ser acompanhado do reforço, e não do relaxamento, das condições de indicação e de enquadre. A advertência de Jung quanto ao fato de que o método não convém a todos não é cautela de época a ser superada pelo refinamento técnico: é reconhecimento de que a mesma operação produz integração ou invasão conforme as condições em que se dê. Um roteiro que torne o procedimento mais fácil de executar torna também mais fácil executá-lo onde não deveria sê-lo, e essa assimetria recomenda que a explicitação das contraindicações acompanhe a difusão do método com o mesmo cuidado com que se descreve sua eficácia pretendida.

Resta, como agenda, o trabalho de operacionalização. Entre a riqueza descritiva do vocabulário junguiano e as exigências da verificação empírica há uma distância que não se vence por analogia. Estabelecer o que, na integração da sombra, é passível de medida, e o que permanece irredutivelmente qualitativo, é tarefa menos vistosa do que a proposição de novos métodos — e é a condição para que tais proposições possam, um dia, ser avaliadas por outro critério que não a convicção de quem as formula.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- CHODOROW, J. (Org.). *Jung on active imagination*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- HILLMAN, J. *Re-vendo a psicologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- JOHNSON, R. A. *Inner work: using dreams and active imagination for personal growth*. San Francisco: Harper & Row, 1986.
- JUNG, C. G. *A natureza da psique*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. (Obras completas, v. 8/2).
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. (Obras completas, v. 9/1).
- JUNG, C. G. *A prática da psicoterapia: contribuições para os problemas da psicoterapia e para a psicologia da transferência*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011c. (Obras completas, v. 16/1).
- JUNG, C. G. *Mysterium coniunctionis: pesquisas sobre a separação e a composição dos opostos psíquicos na alquimia*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a. (Obras completas, v. 14).
- JUNG, C. G. *O livro vermelho: Liber novus*. Edição de Sonu Shamdasani. Petrópolis: Vozes, 2013b.
- JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Obras completas, v. 7/2).
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões*. Compilado por Aniela Jaffé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. 2nd ed. New York: Harper & Row, 1970.
- NANTE, B. *O Livro Vermelho de Jung: chaves para a compreensão de uma obra inexplicável*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- STEIN, M. *Jung: o mapa da alma — uma introdução*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- STEIN, M. *Jung e o caminho da individuação: uma introdução concisa*. São Paulo: Cultrix, 2020.
- STEIN, M. *Os quatro pilares da psicanálise junguiana: individuação, relacionamento analítico, sonhos, imaginação ativa*. São Paulo: Cultrix, 2023.
- VON FRANZ, M.-L. *A sombra e o mal nos contos de fada*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ZWEIG, C.; ABRAMS, J. (Org.). *Ao encontro da sombra: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana*. São Paulo: Cultrix, 2022.

COMO CITAR

ANTUNES, A. Imaginação ativa e a sombra pessoal: acesso ao inconsciente, integração e condições de enquadre. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 12-18, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A realidade em colapso: uma leitura psicanalítica do descolamento da realidade na era dos dispositivos digitais

Reality in collapse: a psychoanalytic reading of detachment from reality in the age of digital devices

Daniel Castelani Barreto da Silva

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a tese de que o uso intensivo de dispositivos digitais produz um descolamento da relação do sujeito com a realidade, e de que esse descolamento não é efeito colateral da tecnologia, mas resultado de uma arquitetura econômica que dele extrai valor. O percurso é teórico-conceitual. Recupera-se a distinção lacaniana entre real, simbólico e imaginário e a análise freudiana da suspensão do juízo crítico na formação de massa; examinam-se em seguida três descrições da mediação técnica da experiência — o espetáculo em Debord, o simulacro em Baudrillard e o capitalismo de vigilância em Zuboff — e o diagnóstico de Han sobre o regime de positividade. Sustenta-se que a articulação entre essas tradições é legítima, mas exige explicitação: crítica cultural, economia política e psicanálise não descrevem o mesmo objeto, e termos homônimos como desejo e real recebem em cada uma definições não intercambiáveis. O rendimento propriamente psicanalítico não está em diagnosticar a cultura, e sim em localizar o que, no dispositivo digital, incide sobre a economia do desejo: a oferta contínua de objetos que suspende a inscrição da falta. O colapso em questão não é o da realidade, mas o do trabalho simbólico que a sustenta como compartilhada.

Palavras-chave: psicanálise; real; imaginário; capitalismo de vigilância; cultura digital.

ABSTRACT

This article examines the thesis that intensive use of digital devices produces a detachment in the subject's relation to reality, and that such detachment is not a side effect of technology but the result of an economic architecture that extracts value from it. The approach is theoretical and conceptual. It recovers the Lacanian distinction between the real, the symbolic and the imaginary and the Freudian analysis of the suspension of critical judgement in group formation; it then examines three accounts of the technical mediation of experience — Debord's spectacle, Baudrillard's simulacrum and Zuboff's surveillance capitalism — and Han's diagnosis of the regime of positivity. Articulating these traditions is legitimate but requires explicit justification: cultural critique, political economy and psychoanalysis do not describe the same object, and homonymous terms such as desire and the real receive non-interchangeable definitions in each. The specifically psychoanalytic yield lies not in diagnosing culture but in locating what, in the digital device, bears upon the economy of desire: a continuous supply of objects that suspends the inscription of lack. What collapses is not reality, but the symbolic labour that sustains it as shared.

Keywords: psychoanalysis; the real; the imaginary; surveillance capitalism; digital culture.

1 Introdução

A hipótese de que a vida digital afasta o sujeito da realidade tornou-se tão corrente que raramente se examina o que nela está sendo afirmado. A formulação supõe uma realidade disponível antes e fora do dispositivo técnico, e um sujeito que dela se distanciaria por excesso de exposição à tela. Nenhum dos dois termos resiste ao exame psi-

canalítico: a realidade nunca foi dado bruto, mas construção que supõe o trabalho de simbolização, e o sujeito que a habita não preexiste a esse trabalho. O que há a investigar não é a perda de um acesso direto ao mundo — acesso que jamais existiu —, mas a alteração das condições em que esse trabalho se realiza.

O argumento conserva a tese do texto que lhe serve de origem: o enfraquecimento da relação com o real não é acidente nem fatalidade técnica, mas efeito de uma organização econômica que encontra rendimento na captura da atenção e na produção de engajamento. Conserva igualmente seu campo teórico: a psicanálise freudiana e lacaniana, em diálogo com a crítica da imagem em Debord, o simulacro em Baudrillard, a economia política das plataformas em Zuboff e o diagnóstico cultural de Han. O que se modifica é o estatuto do cruzamento entre esses registros: trata-se de explicitar as operações de tradução que o tornam possível, em vez de supô-las realizadas.

Essa exigência não é formalidade. Debord, Baudrillard, Zuboff, Han e Lacan empregam vocabulário parcialmente comum — imagem, desejo, real, alienação — com significados que não coincidem. A alienação de que fala Debord é categoria da crítica da economia política: perda, pelo produtor, do controle sobre o produto de sua atividade. A de que fala Lacan é operação constitutiva, anterior a qualquer condição histórica, e não consequência de um arranjo social reversível. Tomar uma pela outra converte um conceito clínico em metáfora sociológica e atribui à crítica social um alcance ontológico que ela não reivindica.

A pergunta final do texto-fonte — a quem interessa o estado de alienação generalizada — é mantida como questão organizadora, com uma ressalva de método. A resposta não pode consistir em imputação de conduta ilícita a empresas determinadas, afirmação que exigiria prova de outra natureza. Pode consistir na descrição de um modelo de negócio cujos incentivos são públicos e cujas consequências subjetivas são o objeto próprio desta análise.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem produção de dados primários. O corpus principal reúne quatro conjuntos. O primeiro é psicanalítico: os textos freudianos sobre a formação de massa e sobre a relação entre princípio de prazer e princípio de realidade, e os textos lacanianos em que se estabelecem o estágio do espelho, a tríade registral e a função do objeto

na economia do gozo. O segundo é da crítica da cultura: *A sociedade do espetáculo*, de Debord, e *Simulacros e simulação*, de Baudrillard. O terceiro é *A era do capitalismo de vigilância*, de Zuboff. O quarto reúne o diagnóstico de Han sobre o regime de positividade, em *Sociedade do cansaço*, *A sociedade da transparência* e *No enxame*.

Dois critérios orientaram a seleção. Incluíram-se apenas obras de autoria estabelecida, em edição brasileira ou portuguesa identificável, que formulassem tese própria sobre a mediação técnica da experiência ou a constituição subjetiva; excluíram-se textos de divulgação e referências ilustrativas. Exigiu-se que a transposição entre tradições fosse enunciada e justificada — onde a justificativa não se sustentou, a aproximação foi mantida com estatuto declaradamente analógico.

O procedimento tem três etapas: reconstituem-se as coordenadas psicanalíticas que permitem falar de real e de realidade sem ambiguidade; examinam-se as descrições da mediação, verificando o que cada uma afirma e sob que estatuto; confrontam-se, por fim, essas descrições com a economia do desejo, de modo a isolar o que cabe à psicanálise afirmar sobre a experiência digital.

3 Coordenadas psicanalíticas

3.1 Realidade como construção e a suspensão do juízo

A oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade, tal como Freud (1996a) a formula em 1911, não descreve o encontro entre um aparelho psíquico e um mundo exterior já constituído. Descreve a instalação, no próprio aparelho, de uma função que suspende a descarga imediata, sustenta a representação na ausência do objeto e torna possível o pensamento como ação experimental. A realidade, nesse quadro, é menos o que está fora do que o que resulta de um trabalho: prova, adiamento, julgamento.

A consequência para o problema aqui tratado é direta. Dizer que a imersão digital produz descolamento da realidade só adquire precisão se significar que ela desfavorece as condições desse trabalho: o intervalo entre estímulo e resposta, a tolerância à ausência, a prova que distingue representação e percepção. O diagnóstico deixa de ser perceptivo — o sujeito veria mal — e passa a ser econômico: o sujeito não precisa adiar.

Freud (1996b) oferece, em 1921, o segundo elemento necessário. A análise da formação de massa mostra que a suspensão do juízo crítico não decorre de ignorância, mas de uma operação libidinal precisa: os integrantes do gru-

po substituem o próprio ideal do eu por um objeto comum e, por essa via, identificam-se entre si. O rebaixamento intelectual que Freud descreve é consequência estrutural desse rearranjo, não defeito moral dos participantes — e o argumento é construído em diálogo crítico com Le Bon, de quem Freud retém a descrição fenomênica e recusa a explicação por contágio. A transposição para o ambiente digital requer cautela: Han (2018) sustenta que o enxame digital não constitui massa, por lhe faltarem voz comum e capacidade de ação concertada. A comparação serve, portanto, para marcar uma diferença tanto quanto uma semelhança.

3.2 Imaginário, especularidade e a alienação constitutiva

O estádio do espelho (Lacan, 1998a) descreve a antecipação, pela imagem, de uma unidade corporal que a experiência motora ainda não sustenta. É nessa forma exterior que se constitui o eu, e por isso o eu é, desde a origem, instância de desconhecimento. Trata-se de alienação estrutural: não há constituição do eu sem ela, e nenhuma condição histórica a suprime.

A analogia com a rede social é parcialmente legítima: o perfil é imagem ideal, oferecida ao olhar e devolvida por ele sob forma de contagem, e a rivalidade imaginária que Lacan situa na relação especular encontra no ambiente comparativo das plataformas um suporte eficaz. A analogia tem, contudo, dois limites. Primeiro, o espelho lacaniano é momento lógico de constituição, não prática recorrente: o adulto que administra seu perfil não repete o estádio do espelho, opera com um eu já formado nele. Segundo, e mais decisivo, a imagem digital não é apenas vista — é medida. O que retorna ao sujeito não é somente o olhar do outro, mas um índice quantificado produzido por um terceiro termo, o dispositivo, que tem interesse próprio no resultado. Esse elemento não tem correspondente no esquema especular clássico e exige a mediação de outra teoria, examinada na seção 4.3.

3.3 O real, e o que não se deve chamar de forclusão

O real lacaniano não é a realidade empírica nem o conjunto dos fatos verificáveis: é o que resiste à simbolização, o impossível de inscrever, que se manifesta por seus efeitos de ruptura. Daí uma consequência frequentemente negligenciada — o real não pode ser perdido, porque nunca esteve disponível, e expressões como perda do real ou colapso do real, em sentido lacaniano estrito, são contraditórias. O que pode enfraquecer-se é o registro simbólico, tecido de mediações e referências partilhadas que torna a experiência comunicável e a realidade, comum. É

nesse sentido preciso que a expressão colapso da realidade pode ser conservada: colapso não do real, mas do trabalho simbólico que sustenta uma realidade compartilhada.

Pela mesma razão, convém recusar a aplicação do conceito de forclusão do Nome-do-Pai ao ambiente digital. A forclusão designa a não inscrição de um significante fundamental, com consequências determinadas e irreversíveis sobre a estrutura do sujeito. Usá-la para descrever o enfraquecimento de mediações sociais é empréstimo retórico que psicopatologiza um fenômeno coletivo e esvazia um conceito cuja utilidade é diagnóstica. O que o ambiente digital pode fragilizar são operações de mediação simbólica em sujeitos já estruturados — afirmação mais modesta e verificável.

4 Três descrições da mediação técnica

4.1 Debord: a imagem como relação social

Debord (1997) não afirma que o mundo foi substituído por imagens. Sua tese é que o espetáculo é uma relação social entre pessoas mediada por imagens, e que o capitalismo avançado generalizou essa mediação a ponto de tornar residual a vivência direta. A célebre primeira tese — tudo o que era vivido diretamente afastou-se numa representação — enuncia deslocamento de mediação, não desaparecimento de referente.

A contribuição de Debord é dupla: fornece um modelo em que a imagem não é ilusão a dissipar, mas forma objetiva assumida pela relação social, e estabelece que o espetáculo é inseparável de uma condição econômica, não efeito de um aparato técnico isolado — o que autoriza, adiante, a articulação com Zuboff. O que Debord não oferece, nem pretende oferecer, é uma teoria do sujeito: sua alienação não descreve o que ocorre na economia libidinal de quem olha.

4.2 Baudrillard: simulacro e indiferença ao referente

Baudrillard (1991) radicaliza a posição. Se em Debord a imagem recobre uma relação que permanece pressuposta, em Baudrillard o signo deixa de remeter a qualquer referente: o simulacro é cópia sem original, e a hiper-realidade é o estado em que os signos de realidade são mais consistentes e consumíveis do que aquilo que deveriam representar. A oposição entre verdadeiro e falso perde a função de operador, não porque a mentira triunfe, mas porque deixa de haver o solo contra o qual ela se destacava.

A pertinência para a circulação digital é imediata. A ordenação algorítmica por engajamento é indiferente ao critério de veracidade: o que a organiza é a propensão de um item a ser propagado. Vídeos recortados, conteúdos sintéticos e reconstruções anacrônicas circulam no mesmo plano do registro documental, e nada na arquitetura da circulação os distingue.

Cabe aqui uma ressalva. A tese de Baudrillard é deliberadamente excessiva, e tomá-la ao pé da letra produz paralisia analítica: se não há referente, não há erro a corrigir nem crítica a formular. O uso produtivo da categoria consiste em descrever uma tendência — o enfraquecimento do critério de verificação como operador social — sem convertê-la em estado consumado. A distinção importa clinicamente: um sujeito que já não dispõe de meios para verificar e um sujeito para quem verificar deixou de ter sentido não ocupam a mesma posição.

4.3 Zuboff: a extração comportamental como modelo de negócio

Zuboff (2019) descreve um arranjo econômico específico. O excedente comportamental — os dados produzidos pela interação que excedem o necessário à prestação do serviço — é apropriado como matéria-prima, processado em produtos de predição e vendido em mercados de comportamentos futuros. A novidade reivindicada não é a vigilância, antiga, nem a publicidade dirigida, mas a conver-

são da predição em mercadoria e o interesse econômico em intervir sobre o comportamento para tornar a predição mais confiável.

Esse é o elemento que faltava às descrições anteriores. Debord e Baudrillard descrevem uma condição cultural; Zuboff identifica um mecanismo de incentivo e seus beneficiários. É sobre esse terreno, e não sobre imputações de conduta a empresas determinadas, que a pergunta a quem interessa recebe resposta analítica. O interesse é estrutural: sistemas remunerados por tempo de permanência e por previsibilidade comportamental tendem a selecionar os conteúdos que melhor produzem permanência, e os que mobilizam indignação, alarme ou pertencimento polarizado cumprem essa função com eficiência. Não é preciso postular intenção deliberada de desinformar para explicar o resultado — basta descrever o critério de seleção, formulação que dispensa a atribuição de propósito e sobrevive à substituição dos atores.

Permanece a diferença de registro. Quando Zuboff fala em modificar o comportamento, trata de ação observável e mensurável. Quando a psicanálise fala em desejo, não trata de comportamento, de preferência nem de demanda: trata do que se articula na falta, não satisfazível por objeto algum. Um sistema pode modelar escolhas sem tocar o desejo nesse sentido, e é essa não coincidência que o torna clinicamente interessante.

AUTOR	OPERAÇÃO DESCRITA	REGISTRO DO ARGUMENTO	LÍMITE DA TRANSPOSIÇÃO
Debord	Relação social mediada por imagens	Crítica da economia política	Alienação social, não constitutiva
Baudrillard	Signo sem referente; hiper-realidade	Crítica semiológica	Tese excessiva; tendência, não estado
Zuboff	Excedente comportamental vira predição	Economia política empírica	Comportamento não equivale a desejo
Han	Excesso de positividade e desempenho	Diagnóstico cultural	Cansaço não é categoria metapsicológica
Lacan	Falta estrutural; eu alienado na imagem	Metapsicologia	Não descreve causalidade histórica

Tabela 1 — Registros de argumentação dos autores mobilizados e condição de legitimidade de cada transposição. A coluna final indica o que cada tradição não autoriza afirmar fora de seu campo.

5 Positividade, gozo e a economia do desejo

Han (2015) caracteriza a formação social contemporânea como regime de desempenho, sucessor do regime disciplinar. Seu operador não é a proibição, mas o incitamento: pode-se sempre mais. A coerção torna-se interna, o sujeito explora a si mesmo acreditando realizar-se, e o esgotamento substitui a transgressão como forma dominante do mal-estar. Em *A sociedade da transparência* (Han, 2017), o mesmo movimento é lido como supressão da negativi-

dade: o que resiste à exposição — o segredo, a distância, a demora — é tratado como atrito a eliminar.

A proximidade com a psicanálise é real, e o risco de confusão também. Quando Han sustenta que a supressão da negatividade adoece, descreve uma configuração cultural; quando a psicanálise sustenta que a falta é condição do desejo, enuncia proposição metapsicológica sobre a estrutura do aparelho. As duas afirmações rimam sem ter o mesmo estatuto: a primeira é diagnóstico histórico, revisável; a segunda, axioma teórico que nenhuma transfor-

mação social confirma ou refuta. Tratar o cansaço como categoria metapsicológica, ou a falta como variável histórica, é o erro a evitar.

Feita a distinção, a articulação torna-se enunciável. O desejo, na formulação lacaniana, sustenta-se na falta: supõe um objeto que nunca é o objeto, e é desse desencontro que extrai sua causa e sua duração. A arquitetura digital opera no sentido inverso — reduz ao mínimo o intervalo entre demanda e oferta de objeto, produzindo objetos novos antes que a falta se inscreva. O que se oferece não é satisfação do desejo, mas sua substituição por um circuito de gozo: repetitivo, mensurável, sem termo e sem sujeito.

Esta é a proposição central do artigo, e convém enunciá-la sem ornamento. O problema do dispositivo digital, do ponto de vista psicanalítico, não é mostrar imagens falsas: é não deixar faltar. A rolagem contínua, a notificação e a recomendação que antecipa a procura constituem um regime em que a ausência do objeto não dura o bastante para produzir seus efeitos estruturantes — o adiamento, a representação, a pergunta. Dunker (2015) observa, em registro próximo, que o mal-estar contemporâneo se organiza menos por interdição do que por indeterminação e excesso de ofertas de sentido. Daí decorre não um sujeito enganado, que bastaria informar, mas um sujeito com menos ocasião de desejar, cuja relação com a realidade compartilhada se afrouxa porque é o trabalho simbólico, não a percepção, que fica sem emprego.

Dessa posição decorre uma consequência sobre os fenômenos reunidos sob o nome de negacionismo. Tratá-los como déficit de informação é empiricamente frágil: a adesão a narrativas improváveis costuma coexistir com acesso amplo a informação contrária. A hipótese psicanalítica é outra. A certeza oferecida por uma narrativa totalizante tem função: supre a indeterminação, restitui um Outro consistente que sabe e converte angústia, afeto sem objeto, em medo, que tem destinatário. A oferta de inimigos é alívio econômico antes de ser erro cognitivo, e é por isso que a refutação factual é tão pouco eficaz: endereça o conteúdo, não a função que a crença cumpre.

6 A caverna, e o que a alegoria não autoriza

A alegoria da caverna (Platão, 2006) oferece uma imagem poderosa para o argumento, e por isso mesmo convém examinar seu ajuste. A analogia funciona em três pontos: os prisioneiros tomam sombras por realidade; as sombras são projetadas por um dispositivo que eles não veem; e a saída é processo doloroso e resistido, não simples corre-

ção de informação. O terceiro ponto é o mais valioso, por antecipar o que a clínica confirma — a renúncia a uma certeza satisfatória não se obtém por demonstração.

A alegoria falha, contudo, em dois pontos decisivos. Supõe, primeiro, um fora da caverna: um mundo acessível ao prisioneiro liberto, luz contra sombra, verdade contra aparência. A psicanálise não dispõe desse fora: não há posição a partir da qual o sujeito veja o real sem mediação, e a análise não promete lucidez, mas uma relação menos custosa com a divisão que o constitui. Supõe, em segundo lugar, prisioneiros acorrentados contra a vontade, e nada no fenômeno descrito corresponde a isso — o sujeito contemporâneo não é retido na tela, procura-a porque ali encontra algo. Descrivê-lo como cativo é analiticamente estéril: dispensa a pergunta pela satisfação em jogo, que é a pergunta psicanalítica.

Conservada como figura retórica e recusada como modelo epistemológico, a alegoria lembra que o problema da mediação é antigo: o que há de novo não é a mediação, mas sua escala, sua personalização e o fato de ser operada por agentes com interesse econômico mensurável em seus efeitos.

Considerações finais

O percurso permite três conclusões de alcance distinto. A primeira é terminológica, e não por isso menor: o que se designa como colapso da realidade não é perda do real — expressão sem sentido no vocabulário lacaniano — nem falha de percepção, mas enfraquecimento do trabalho simbólico pelo qual uma realidade se torna comum: a prova, o adiamento, a disputa regrada sobre o que conta como fato. Nomear corretamente o fenômeno é condição para que a crítica tenha endereço.

A segunda diz respeito à articulação teórica. Debord, Baudrillard, Zuboff e Han contribuem com descrições não equivalentes, cuja convergência aparente decorre em parte de homonímia. Reunidos sem distinção, produzem um diagnóstico impressionante e inoperante; distinguidos, repartem o trabalho: Zuboff explica o incentivo, Debord e Baudrillard descrevem a forma cultural assumida, Han caracteriza a posição subjetiva resultante, e a psicanálise responde pela economia do desejo que nenhum dos três alcança.

A terceira é a que cabe propriamente a este campo. Se a questão é a quem interessa, a resposta analítica não aponta conspiração nem exige imputação de conduta a atores nomeados. Aponta um arranjo em que a atenção é insu-

mo, a permanência é receita e a previsibilidade é produto — e no qual o sujeito que desejaria, porque desejar supõe esperar, é menos rentável que o sujeito que consome. A alienação resultante não é ilusão a dissipar por esclarecimento: é posição sustentada por satisfação efetiva, e por isso resiste.

Resta o que esta via não pode fazer sozinha. A psicanálise não produz regulação de plataformas nem política de educação midiática, e seria presunçoso que o pretendesse. O que pode oferecer é a demonstração de que intervenções concebidas como correção informacional terão alcance limitado enquanto desconhecem a função econômica que a crença cumpre para quem a sustenta — e devolver ao debate sobre o digital a pergunta pela satisfação, que o vocabulário da desinformação sistematicamente omite.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 237-244.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 77-154.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 67-148.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, B.-C. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B.-C. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-103.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p. 496-533.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

COMO CITAR

SILVA, D. C. B. A realidade em colapso: uma leitura psicanalítica do descolamento da realidade na era dos dispositivos digitais. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 19-25, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Ansiedade na infância e na adolescência: terapia cognitivo-comportamental e psicanálise e os limites da comparação

Anxiety in childhood and adolescence: cognitive behavioural therapy, psychoanalysis and the limits of comparison

Linda Inez Melo dos Anjos

Academia Enlevo, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

A ansiedade na infância e na adolescência tornou-se objeto de demanda crescente nos serviços de saúde mental, e com ela a pergunta sobre qual orientação terapêutica oferece melhor resposta. Este artigo examina comparativamente o que a terapia cognitivo-comportamental (TCC) e a psicanálise sustentam a respeito do sofrimento ansioso nessa faixa etária, e argumenta que a comparação direta entre as duas abordagens encontra limites que não são de ordem técnica, mas conceitual. Procede-se, em revisão narrativa de natureza teórico-conceitual, à reconstituição de cada modelo em seus próprios termos: de um lado, a formulação cognitiva do transtorno de ansiedade como produto de esquemas de ameaça e de evitação mantenedora; de outro, a elaboração freudiana da angústia como sinal do eu diante de um perigo interno, e seus desdobramentos na clínica com crianças. Distingue-se angústia, conceito estrutural da psicanálise, de transtorno de ansiedade, categoria diagnóstica do DSM-5 e da CID-11. Sustenta-se que as duas tradições não divergem apenas quanto ao método, mas quanto ao desfecho que consideram relevante, o que torna o cotejo de resultados menos informativo do que a literatura comparativa costuma supor. O artigo não constitui orientação de tratamento.

Palavras-chave: ansiedade; angústia; terapia cognitivo-comportamental; psicanálise; infância e adolescência.

ABSTRACT

Anxiety in childhood and adolescence has become an object of growing demand in mental health services, and with it the question of which therapeutic orientation offers the better response. This article comparatively examines what cognitive behavioural therapy (CBT) and psychoanalysis each maintain regarding anxious suffering in this age group, and argues that direct comparison between the two approaches meets limits that are conceptual rather than technical. Through a narrative review of a theoretical and conceptual nature, each model is reconstituted in its own terms: on one side, the cognitive formulation of anxiety disorder as a product of threat schemas and maintaining avoidance; on the other, the Freudian elaboration of anxiety as a signal of the ego before an internal danger, and its developments in clinical work with children. A distinction is drawn between *angústia*, a structural concept of psychoanalysis, and anxiety disorder, a diagnostic category of the DSM-5 and the ICD-11. It is argued that the two traditions diverge not only in method but in the outcome each considers relevant, which renders the comparison of results less informative than the comparative literature tends to assume. This article does not constitute treatment guidance.

Keywords: anxiety; *angústia*; cognitive behavioural therapy; psychoanalysis; childhood and adolescence.

1 Introdução

A procura por atendimento psicológico destinado a crianças e adolescentes com queixas de ansiedade cresceu de modo consistente nas últimas décadas, e esse crescimento acentuou-se após a pandemia de COVID-19, quando o fe-

chamento de escolas, o isolamento do convívio com pares e a instabilidade econômica familiar incidiram sobre uma população em pleno processo de constituição psíquica (Araújo; Normando; Marinho, 2024). O aumento da demanda não autoriza, por si, conclusões sobre aumento de prevalência: ampliação do acesso, mudança nos critérios diagnósticos e maior disposição das famílias a procurar ajuda produzem o mesmo efeito sobre as séries de atendimento. Mas ele torna urgente uma pergunta que a prática já formulava: diante de uma criança que não dorme, de um adolescente que evita a sala de aula, de um corpo que responde com taquicardia ao que ninguém mais identifica como perigo, o que cada tradição terapêutica tem a oferecer, e em que termos suas ofertas podem ser comparadas?

A literatura que responde a essa pergunta costuma organizar-se como disputa. A caricatura funciona nos dois sentidos: a TCC é descrita como tratamento de superfície que removeria o sintoma sem tocar em sua causa, e a psicanálise como especulação longa e sem ancoragem empírica. Nenhuma das duas descrições resiste ao exame das respectivas literaturas, e ambas obscurecem o que há de efetivamente difícil na comparação.

A dificuldade é a seguinte. Comparar duas abordagens terapêuticas supõe um critério comum de sucesso. Quando o critério é a redução de escores em escalas de sintomas ansiosos, a comparação é tecnicamente possível, mas mede uma das tradições por um padrão que ela não adota como seu. Quando o critério é a transformação da posição do sujeito diante de seu desejo, a comparação torna-se impossível, porque a outra tradição não reconhece esse objeto. A assimetria não é um detalhe metodológico a ser corrigido por melhores instrumentos: é constitutiva, e decorre de que os dois modelos descrevem objetos parcialmente distintos sob o mesmo nome.

O presente artigo sustenta que reconhecer essa assimetria é condição para que a comparação seja produtiva. Propõe-se, para tanto, reconstituir o que cada abordagem efetivamente sustenta sobre a ansiedade infantojuvenil — não o que a outra lhe atribui — e localizar com precisão os pontos em que o cotejo é legítimo e aqueles em que ele deixa de sê-lo. Preserva-se, assim, a tese do trabalho original: as duas abordagens são recursos clínicos consistentes, e a escolha entre elas não se resolve por decreto teórico.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. O corpus primário reúne os textos em que

cada tradição formula sua concepção da ansiedade: no campo psicanalítico, *Inibições, sintomas e ansiedade* (Freud, 1926), os desenvolvimentos de Anna Freud (1936) sobre as defesas do eu, a obra de Klein (1932) sobre a análise de crianças, as contribuições de Winnicott (1975) sobre o brincar e o espaço potencial, e o Seminário 10 de Lacan (1962-1963); no campo cognitivo-comportamental, a formulação de Beck, Emery e Greenberg (1985), sua sistematização posterior em Clark e Beck (2010) e a apresentação do método clínico em Beck (2013).

O corpus secundário reúne obras de referência diagnóstica — o DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014) e a CID-11 (Organização Mundial da Saúde, 2019) — e trabalhos que examinam a base de evidência de cada abordagem: a revisão crítica de Midgley e Kennedy (2011), a meta-análise de Leichsenring e Rabung (2008), a revisão de Shedler (2010), a discussão de Kazdin (2008) sobre tratamento baseado em evidência e a análise de Wampold e Imel (2015) sobre fatores comuns. Foram ainda considerados trabalhos brasileiros recentes (Mauger, 2023; Araújo; Normando; Marinho, 2024).

O critério de inclusão foi duplo: tratamento conceitual explícito da ansiedade ou da angústia em sua respectiva tradição, ou exame sistemático de evidência de desfecho. Excluíram-se textos de divulgação, materiais sem revisão por pares e trabalhos cuja referência a uma das abordagens fosse meramente ilustrativa. Excluíram-se igualmente, na revisão do material de partida, afirmações quantitativas — índices de prevalência, percentuais de variação de atendimentos e estimativas populacionais — cuja fonte não pôde ser localizada e conferida; tais afirmações foram suprimidas ou reformuladas em termos qualitativos, conforme registrado nas considerações finais.

O procedimento consistiu em reconstituir cada modelo em seus próprios termos, identificar o objeto que toma como alvo e o desfecho que considera relevante, e examinar as condições em que a comparação entre ambos é sustentável.

3 Ansiedade e angústia: duas ordens de conceito

3.1 O transtorno de ansiedade como categoria diagnóstica

O DSM-5 agrupa sob a designação de transtornos de ansiedade um conjunto de quadros que partilham medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais a eles associadas, distinguindo-os entre si pelo objeto ou situação que desencadeia a resposta (American Psychiatric As-

sociation, 2014). Entre os de início tipicamente precoce figuram o transtorno de ansiedade de separação, o mutismo seletivo, as fobias específicas e o transtorno de ansiedade social. O manual caracteriza o medo como resposta a ameaça iminente, real ou percebida, e a ansiedade como antecipação de ameaça futura, reservando a cada quadro critérios de duração, intensidade e prejuízo funcional. A CID-11 organiza o campo em termos próximos, sob a rubrica dos transtornos de ansiedade e relacionados ao medo (Organização Mundial da Saúde, 2019).

Duas propriedades dessa construção importam ao argumento. A primeira é que se trata de categorias descritivas, deliberadamente atóricas quanto à etiologia: o manual registra o que se observa e com que frequência, não por que se produz. A segunda é que o critério de prejuízo funcional é parte da definição. Não há transtorno sem sofrimento clinicamente significativo ou comprometimento do funcionamento, o que significa que a categoria diagnóstica já incorpora um juízo sobre o que, na vida do sujeito, deixou de funcionar.

3.2 A angústia como conceito psicanalítico

O conceito psicanalítico de angústia pertence a outra ordem. Em *Inibições, sintomas e ansiedade*, Freud (1926) reformula sua posição anterior — que fazia da angústia produto de libido não descarregada — para situá-la como sinal emitido pelo eu diante da aproximação de um perigo. O perigo é interno: trata-se da iminência de uma situação traumática, isto é, de um afluxo de excitação que o aparelho não consegue ligar. A angústia-sinal é, nessa formulação, uma função de antecipação a serviço da defesa, e não um transtorno; é o que permite ao eu mobilizar o recalcque antes que o trauma se consume.

Freud organiza em série as situações de perigo correspondentes a cada momento do desenvolvimento: o desamparo do recém-nascido, a perda do objeto, a perda do amor do objeto, a ameaça de castração e, mais tarde, a censura do supereu. A série é decisiva para a clínica com crianças, porque situa a angústia infantil não como anomalia, mas como índice do trabalho psíquico que cada etapa exige. A criança que teme a separação não apresenta, nessa leitura, um desvio a corrigir: apresenta a forma que a angústia assume quando o objeto ainda não está suficientemente interiorizado para que sua ausência seja suportável (Laplanche; Pontalis, 2001).

Daí decorre que angústia e transtorno de ansiedade não são o mesmo objeto sob nomes diferentes. A angústia é um conceito estrutural, constitutivo do funcionamento

psíquico e presente em todo sujeito; o transtorno de ansiedade é uma categoria clínica definida por limiares de intensidade, duração e prejuízo. Um sujeito pode estar tomado de angústia sem preencher critérios para qualquer transtorno, e um quadro que preenche critérios pode ter, na economia psíquica, funções muito diversas. A tradução automática de um termo no outro — frequente na literatura comparativa, inclusive em português, onde *ansiedade* e *angústia* circulam como sinônimos — é a primeira fonte de confusão na comparação entre as duas abordagens.

4 O que a terapia cognitivo-comportamental sustenta

4.1 O modelo

A formulação cognitiva dos transtornos de ansiedade supõe que a resposta ansiosa é mediada por processos de avaliação: não é a situação que produz o medo, mas o significado atribuído à situação. Beck, Emery e Greenberg (1985) descrevem esse funcionamento em termos de esquemas de ameaça — estruturas de conhecimento que, uma vez ativadas, orientam seletivamente a atenção, a memória e a interpretação no sentido do perigo. O sujeito ansioso superestima sistematicamente a probabilidade e a gravidade do evento temido, e subestima seus próprios recursos para enfrentá-lo.

O modelo ganha seu elemento mais consequente ao explicar não a origem, mas a manutenção do quadro. A evitação, que reduz o desconforto no curto prazo, impede que a previsão catastrófica seja desconfirmada pela experiência; os chamados comportamentos de segurança produzem o mesmo efeito de modo mais sutil, permitindo que o sujeito enfrente a situação temida atribuindo o desfecho benigno à precaução adotada, e não à inexistência do perigo. O ciclo é autossustentável, e é sobre ele que a intervenção incide (Clark; Beck, 2010).

4.2 O procedimento

Do modelo deriva um método com estrutura explícita: formulação de caso compartilhada com o paciente, identificação dos pensamentos automáticos e das crenças subjacentes, teste empírico dessas previsões por meio de experimentos comportamentais e exposição gradual às situações evitadas, com prevenção de resposta (Beck, 2013). Na clínica com crianças e adolescentes, o procedimento incorpora adaptações substantivas — mediação lúdica, recursos gráficos, graduação mais fina das etapas de exposição, participação dos responsáveis no manejo dos padrões familiares que sustentam a evitação.

Esse último ponto merece registro, porque desfaz uma das caricaturas correntes. O trabalho cognitivo-comportamental com crianças não se reduz à remoção de sintomas isolados: tem como alvo explícito o repertório de enfrentamento e, com frequência, o funcionamento do sistema familiar em torno da queixa. A acusação de superficialidade descreve mal o que o método propõe. É verdade, por outro lado, que o modelo não formula hipótese sobre a determinação inconsciente do sintoma, e que não se propõe a fazê-lo — o que é diferente de desconhecer-la como questão.

5 O que a psicanálise sustenta

5.1 O sintoma como formação dotada de sentido

Para a psicanálise, o sintoma ansioso não é um erro de processamento a ser corrigido, mas uma formação de compromisso: resultado do conflito entre uma exigência pulsional e as instâncias que lhe fazem oposição, o sintoma realiza, de modo deformado, aquilo que recusa. Se o sintoma cumpre função na economia psíquica, sua supressão sem que essa função seja elaborada pode deixar o conflito intacto e disponível para outra via de expressão. A psicanálise não sustenta, note-se, que a remissão sintomática seja indesejável; sustenta que ela não é, por si, índice suficiente da transformação visada.

Anna Freud (1936) sistematizou as operações pelas quais o eu se protege do que o ameaça, descrevendo-as como organização dinâmica cujo exame é via de acesso ao conflito. Na clínica com crianças, esse exame encontra obstáculo específico: o eu infantil está em constituição, e suas defesas não podem ser tomadas como rigidez de caráter. Daí a necessidade de um tempo preparatório no trabalho com crianças, cuja adesão ao tratamento não decorre, como no adulto, de demanda própria.

5.2 A clínica com crianças

Klein (1932) deslocou esse quadro ao propor que o brincar constitui, para a criança, o equivalente da associação livre: por meio dele, a vida fantasmática torna-se acessível à interpretação sem exigir da criança a verbalização que ela não domina. A técnica do brincar fundou a análise de crianças como campo próprio e introduziu na teoria uma descrição da angústia precoce — angústias persecutórias e depressivas — anterior à organização edípica tal como Freud a havia situado.

Winnicott (1975) acrescentou a esse quadro a noção de espaço potencial, área intermediária entre a realidade in-

terna e a externa em que o brincar se produz, e vinculou a capacidade de brincar à qualidade do ambiente de cuidado. Na sua formulação, a angústia impensável da criança é contida menos pela interpretação do que pela confiabilidade do ambiente que a sustenta — o que desloca parte do trabalho clínico para o manejo da relação e para o cuidado com os responsáveis. Lacan (2005), no Seminário 10, retomou a questão por outra via, sustentando que a angústia não é sem objeto, como a tradição supunha, mas o afeto que não engana, aquele que sinaliza a proximidade de um objeto que o sujeito não consegue simbolizar.

Do conjunto resulta uma orientação clínica cujo alvo não é o escore sintomático, mas a possibilidade de que a criança ou o adolescente venha a dispor de recursos simbólicos para lidar com o que a angústia sinaliza. O desfecho visado é da ordem da transformação da posição subjetiva, e sua avaliação não se deixa reduzir facilmente a instrumento padronizado.

5.3 A questão da evidência

A afirmação de que a psicanálise careceria de base empírica é hoje imprecisa. Leichsenring e Rabung (2008) reuniram, em meta-análise, estudos de psicoterapia psicodinâmica de longa duração em transtornos mentais complexos e relataram ganhos sustentados ao fim do seguimento; Shedler (2010) sistematizou a evidência disponível sobre a eficácia da terapia psicodinâmica e observou que os ganhos tendem a manter-se, e por vezes a ampliar-se, após o término do tratamento. Midgley e Kennedy (2011), em revisão crítica especificamente voltada à população infanto-juvenil, localizaram um conjunto de estudos de desfecho em psicoterapia psicodinâmica com crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, apontaram as limitações metodológicas recorrentes desse conjunto — amostras reduzidas, heterogeneidade de protocolos, escassez de ensaios randomizados. A posição defensável não é a de equivalência estabelecida nem a de ausência de evidência, mas a de uma base empírica menor e menos homogênea do que a acumulada pela tradição cognitivo-comportamental, cuja interpretação permanece em discussão. No contexto brasileiro, a revisão de Mauger (2023) sobre psicoterapia psicanalítica nos transtornos de ansiedade registra quadro análogo.

6 Os limites da comparação

Reunidos os dois modelos, torna-se possível localizar com precisão onde a comparação é legítima e onde deixa de sê-lo. A Tabela 1 sintetiza essa localização.

O ponto central é o da terceira linha. Quando um ensaio compara duas abordagens por meio de escalas de sintomas, ele aplica um instrumento construído a partir dos pressupostos de uma delas. O resultado é informativo sobre o que o instrumento mede, e silencioso sobre o que a outra tradição considera o essencial do trabalho. Isso não desqualifica o ensaio, e seria erro concluir que a psicanálise está por princípio a salvo de avaliação empírica —

Midgley e Kennedy (2011) mostram que não está, e a própria construção de instrumentos sensíveis a desfechos de ordem estrutural é uma agenda de pesquisa ativa. O que a assimetria exige é cautela na leitura: um resultado desfavorável em escala sintomática não equivale a ineficácia do tratamento psicanalítico, do mesmo modo que um resultado favorável não comprova a transformação que ele visa.

DIMENSÃO	O QUE A TCC SUSTENTA	O QUE A PSICANÁLISE SUSTENTA	LIMITE DA COMPARAÇÃO
Estatuto do sintoma	Produto de avaliação enviesada, mantido por evitação	Formação de compromisso dotada de sentido e de função	Um descreve mecanismo de manutenção; o outro, determinação
Alvo da intervenção	Crenças disfuncionais e repertório de enfrentamento	Posição do sujeito diante do que a angústia sinaliza	Objetos distintos, não graus de profundidade
Desfecho relevante	Redução de sintomas e recuperação funcional mensuradas	Ampliação dos recursos simbólicos; mudança estrutural	Não há métrica comum: o cotejo mede só um dos dois
Lugar da família	Corresponsável pelo manejo dos ciclos de evitação	Parte do campo transferencial e do ambiente de cuidado	Mesma presença, funções teóricas incomparáveis
Base de evidência	Ampla, com protocolos manualizados e ensaios controlados	Menor e heterogênea, em expansão na população infantil	A assimetria reflete também o que cada uma mede

Tabela 1 — Dimensões do cotejo entre terapia cognitivo-comportamental e psicanálise no tratamento da ansiedade infantojuvenil. A coluna final registra por que a comparação direta é limitada em cada dimensão; não exprime juízo sobre o mérito de qualquer das abordagens.

Cabe registrar ainda a contribuição da pesquisa sobre fatores comuns. Wampold e Imel (2015) sustentam que parcela substantiva da variância de desfecho em psicoterapia é atribuível a elementos partilhados por abordagens distintas — a aliança, a expectativa de melhora, a coerência do racional oferecido ao paciente — e não às técnicas que as diferenciam. A tese é controversa e não dispensa o exame das especificidades de cada método, mas tem implicação direta aqui: parte do que separa as duas tradições no plano teórico pode não se traduzir na magnitude de diferença que o debate pressupõe. Kazdin (2008) assinala, por sua vez, que o próprio conceito de tratamento baseado em evidência comporta decisões normativas — sobre que desfechos contam, em que prazo e para quem — que não são elas mesmas empíricas.

7 Considerações finais

O percurso permite três conclusões.

A primeira é que a oposição entre uma abordagem sintomática e outra profunda descreve mal o que está em jogo. A TCC não se limita à remoção de sintomas, e a psicanálise não é indiferente ao sofrimento atual do paciente. O que efetivamente distingue as duas tradições é o objeto que cada uma constrói: de um lado, um ciclo de avaliação e evitação passível de descrição operacional; de outro, um

conflito psíquico cuja expressão sintomática é apenas a face visível. São construções diferentes, não níveis de uma mesma escala.

A segunda é que a distinção entre angústia e transtorno de ansiedade não é preciosismo terminológico. Enquanto os dois termos circularem como equivalentes, a comparação entre as abordagens permanecerá mal formulada, porque suporá que ambas tratam do mesmo objeto por meios distintos, quando tratam de objetos parcialmente distintos.

A terceira é que a assimetria da base de evidência é real e deve ser enunciada sem atenuação, mas também sem a conclusão que dela se extrai apressadamente. A literatura cognitivo-comportamental acumulou mais ensaios controlados em população infantojuvenil; a literatura psicodinâmica é menor, mais heterogênea e, no segmento infantil, ainda em consolidação. Que uma abordagem tenha sido mais estudada por um determinado delineamento não estabelece, isoladamente, sua superioridade clínica — assim como a dificuldade de submeter a outra a esse delineamento não estabelece sua ineficácia.

Algumas limitações devem ser explicitadas. Trata-se de revisão narrativa, sem protocolo sistemático de busca nem avaliação formal da qualidade dos estudos incluídos, sujeita portanto a viés de seleção. Privilegiou-se a recons-

trução conceitual dos modelos em detrimento do exame quantitativo da literatura de desfecho, de modo que as afirmações sobre base de evidência têm caráter indicativo. Registre-se ainda que o material de partida continha afirmações quantitativas de prevalência e de variação de atendimentos cuja fonte não pôde ser conferida; tais números foram suprimidos, e as afirmações correspondentes mantidas em termos qualitativos.

Por fim, uma ressalva de alcance clínico. Este artigo é um trabalho de natureza teórico-conceitual e não constitui orientação de tratamento. A escolha da abordagem terapêutica para uma criança ou adolescente é decisão clínica individualizada, que depende do quadro apresentado, da fase do desenvolvimento, do contexto familiar e escolar, da disponibilidade de serviços e da avaliação conduzida por profissional habilitado. Nada do que foi exposto autoriza a afirmação de superioridade categórica de qualquer das abordagens examinadas, e nada aqui substitui avaliação profissional direta.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARAÚJO, V. H. G.; NORMANDO, L. V.; MARINHO, A. J. P. Transtornos de ansiedade na infância e adolescência: uma revisão sistemática.

Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 10, p. 2393-2404, 2024.

BECK, A. T.; EMERY, G.; GREENBERG, R. L. *Anxiety disorders and phobias: a cognitive perspective*. New York: Basic Books, 1985.

BECK, J. S. *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CLARK, D. A.; BECK, A. T. *Cognitive therapy of anxiety disorders: science and practice*. New York: Guilford Press, 2010.

FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa* (1936). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade (1926). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 81-171.

KAZDIN, A. E. Evidence-based treatment and practice: new opportunities to bridge clinical research and practice. *American Psychologist*, v. 63, n. 3, p. 146-159, 2008.

KLEIN, M. *A psicanálise de crianças* (1932). Rio de Janeiro: Imago, 1997.

LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEICHSENRING, F.; RABUNG, S. Effectiveness of long-term psychodynamic psychotherapy: a meta-analysis. *JAMA*, v. 300, n. 13, p. 1551-1565, 2008.

MAUGER, V. S. *Eficácia da psicoterapia psicanalítica no tratamento dos transtornos de ansiedade: uma revisão sistemática da literatura*. 2023. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Saúde) — Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023.

MIDGLEY, N.; KENNEDY, E. Psychodynamic psychotherapy for children and adolescents: a critical review of the evidence base. *Journal of Child Psychotherapy*, v. 37, n. 1, p. 1-29, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CID-11: classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde*. 11. rev. Geneva: OMS, 2019.

SHEDLER, J. The efficacy of psychodynamic psychotherapy. *American Psychologist*, v. 65, n. 2, p. 98-109, 2010.

WAMPOLD, B. E.; IMEL, Z. E. *The great psychotherapy debate: the evidence for what makes psychotherapy work*. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

ANJOS, L. I. M. Ansiedade na infância e na adolescência: terapia cognitivo-comportamental e psicanálise e os limites da comparação. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 26-32, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A música como formação do inconsciente: escuta, sublimação e simbolização

Music as a formation of the unconscious: listening, sublimation and symbolization

Luiz Cesar Pereira da Cunha

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este ensaio examina a hipótese de que a canção pode ser lida como formação do inconsciente, ao lado do sonho, do chiste e do lapso, e discute o que essa aproximação permite e o que ela não autoriza afirmar. O percurso reconstitui quatro leituras psicanalíticas da experiência musical — a sublimação em Freud, o símbolo e a individuação em Jung, a voz como objeto e o real em Lacan, o espaço potencial e o objeto transicional em Winnicott — e as confronta com um conjunto reduzido de canções da música popular brasileira e da trilha de cinema, tomadas como material de análise textual e não como ilustração. Sustenta-se que a música opera sobre registros afetivos anteriores à palavra e que essa anterioridade, longe de conferir à escuta musical um acesso privilegiado ao recalcado, é exatamente o que torna suas interpretações menos controláveis. Conclui-se que a leitura psicanalítica de obras musicais produz hipóteses sobre a obra e sobre o intérprete que a escuta, não sobre a vida psíquica de seus autores, e que o rendimento clínico da proposta depende de manter essa distinção.

Palavras-chave: música; inconsciente; sublimação; simbolização; estética psicanalítica.

ABSTRACT

This essay examines the hypothesis that song may be read as a formation of the unconscious, alongside the dream, the joke and the slip, and discusses what this approximation permits and what it does not authorize one to assert. The argument reconstitutes four psychoanalytic readings of musical experience — sublimation in Freud, symbol and individuation in Jung, the voice as object and the real in Lacan, potential space and the transitional object in Winnicott — and confronts them with a reduced set of Brazilian popular songs and film music, taken as material for textual analysis rather than as illustration. It is argued that music operates upon affective registers prior to speech, and that this priority, far from granting musical listening privileged access to the repressed, is precisely what renders its interpretations less controllable. The conclusion holds that psychoanalytic readings of musical works produce hypotheses about the work and about the listener who interprets it, not about the psychic life of its authors, and that the clinical yield of the proposal depends on maintaining this distinction.

Keywords: music; unconscious; sublimation; symbolization; psychoanalytic aesthetics.

1 Introdução

A psicanálise constituiu, desde seus primeiros textos, um repertório estável de objetos privilegiados: o sonho, o ato falho, o chiste, o sintoma. O que reúne esses objetos não é o tema, mas a forma de funcionamento. Em todos eles, um conteúdo que não se enuncia diretamente se produz por condensação e deslocamento, impõe-se ao sujeito sem que ele o tenha decidido e carrega sentido que só se recupera por via associativa. Freud chamou esse conjunto de

formações do inconsciente, e a lista nunca foi apresentada como fechada.

A música ocupa posição incômoda nesse quadro. É, entre as artes, aquela cuja relação com o sentido é mais difícil de estabelecer: não representa objetos, não enuncia proposições, não se deixa traduzir sem perda. Freud declarou-se refratário a ela, e essa recusa teve consequências duradouras, deixando a experiência musical como região pouco trabalhada de uma teoria que percorreu a literatura e as artes plásticas com considerável insistência.

Este ensaio parte da hipótese de que a canção pode ser lida como formação do inconsciente, isto é, como produção regida pelas mesmas operações que organizam o sonho e o chiste. A hipótese não é nova e tem a vantagem de ser produtiva: permite deslocar a discussão do terreno da psicologia do compositor, onde costuma encalhar, para o da estrutura da obra e dos efeitos que ela produz em quem escuta.

Importa enunciar desde já a restrição que percorre o argumento. Ler uma canção como formação do inconsciente não é diagnosticar seu autor nem decifrar mensagem que ele teria cifrado involuntariamente, mas examinar como a obra organiza material afetivo e que posições subjetivas torna disponíveis a quem a escuta. Essa distinção, frequentemente perdida nos trabalhos que aproximam psicanálise e música, separa a análise de uma obra da psicobiografia selvagem de quem a produziu.

A pergunta de fundo não é se a música tem relação com o inconsciente, o que seria trivialmente afirmável, mas que tipo de proposição a psicanálise está autorizada a formular sobre ela.

2 Método

Trata-se de ensaio teórico com análise textual de obras musicais. Não há coleta de dados, não há participantes, não há material clínico. O procedimento é interpretativo e, como tal, não produz resultados generalizáveis nem replicáveis; o que ele oferece é a explicitação de um modo de leitura e o teste de sua consistência contra um pequeno número de casos.

O corpus teórico reúne os textos em que Freud trata da criação artística e da economia das satisfações substitutivas — *Escritores criativos e devaneios* (1908), *O mal-estar na civilização* (1930) —, os textos sobre perda e sobre vínculo coletivo mobilizados nas análises, e as formulações de Jung sobre símbolo e individuação, de Lacan so-

bre a voz e o real, e de Winnicott sobre o espaço potencial. Recorre-se subsidiariamente a Klein, para a noção de reparação, a Bion, para a de continência, e a Anzieu, para a hipótese do envelope sonoro.

O corpus musical foi reduzido a cinco obras, selecionadas por três critérios cumulativos: possuírem camada verbal ou dramática passível de análise textual; serem suficientemente conhecidas para que o leitor possa confrontar a leitura proposta com sua própria escuta; e sustentarem, cada uma, uma articulação conceitual distinta. Obras mencionadas de passagem no trabalho de origem — repertório instrumental de concerto e de música ambiente — foram retiradas, por não terem sido objeto de análise e por não haver, no procedimento adotado, meio de tratá-las senão decorativamente.

Cada obra foi examinada em três movimentos: identificação da operação formal que organiza o texto ou a situação dramática; nomeação do conceito psicanalítico que essa operação convoca; e explicitação da posição subjetiva que a obra propõe a quem escuta. O terceiro é o mais exposto à arbitrariedade do intérprete, e a seção 6 discute esse problema.

3 Quatro leituras psicanalíticas da experiência musical

3.1 Sublimação e satisfação substitutiva

A contribuição freudiana à estética organiza-se em torno de um conceito de contornos deliberadamente imprecisos. A sublimação designa, em *Escritores criativos e devaneios* (Freud, 1996a), o destino pulsional pelo qual uma moção sexual é desviada de seu alvo e encontra satisfação em atividade socialmente valorizada. O artista, nessa formulação, difere do neurótico menos pelo material de que dispõe do que pelo trânsito que consegue: o devaneio, que no neurótico permanece privado e envergonhado, ganha na obra forma que o torna comunicável e, sobretudo, partilhável.

Em *O mal-estar na civilização*, a função é econômica antes de estética: a arte oferece satisfações substitutivas às renúncias que a vida em comum exige, sem a desagregação que o delírio ou a intoxicação acarretam (Freud, 1996d). Laplanche e Pontalis (2001) registram que o conceito nunca recebeu a elaboração metapsicológica que Freud anunciou, o que explica sua maleabilidade e sua fragilidade: aplicado sem restrição, passa a nomear qualquer produção cultural.

Aplicada à música, a noção impõe cautela específica. Dizer que uma canção é sublimação do desejo de seu autor é proposição sobre economia psíquica à qual não se tem acesso. Dizer que a canção oferece, a quem escuta, forma para um afeto que de outro modo permaneceria sem figura é proposição sobre a obra e sobre o efeito. É a segunda que este ensaio adota.

3.2 Símbolo, arquétipo e individuação

Jung (2008) atribui à música função simbólica no sentido forte que confere ao termo: não signo que remete a conteúdo conhecido, mas forma que apresenta algo ainda não disponível à consciência. A música acessaria camadas transpessoais da psique e convocaria figuras arquetípicas — a travessia, o retorno, a morte e o renascimento — que organizam a experiência independentemente do conteúdo biográfico de quem escuta.

A proposta tem rendimento descritivo evidente diante de repertórios rituais, em que a função de integração coletiva é manifesta. Tem também custo epistemológico elevado: a hipótese do inconsciente coletivo não é testável nos termos em que é formulada, e a identificação de arquétipos em uma obra tende a confirmar-se sempre, já que o repertório de figuras disponíveis acolhe qualquer material. Jung (2012) agrega a dimensão do numinoso, apresentando a experiência estética intensa como análoga à religiosa — aproximação que descreve bem o fenômeno e explica pouco.

3.3 A voz, o real e o objeto sonoro

Lacan (1985) não desenvolve uma teoria da música, mas fornece o instrumento conceitual mais preciso de que este ensaio dispõe: a voz como objeto *a*. A voz, nessa acepção, não é o que se ouve do conteúdo falado, mas o resto que sobra depois que o significante foi subtraído — timbre, grão, intensidade, aquilo que no som toca o corpo sem passar pelo sentido. É em torno desse resto que o desejo se organiza.

A consequência é direta. O efeito de uma canção não se esgota em sua letra, e a experiência corrente de ser afetado por uma obra cuja letra não se compreende encontra aí formulação rigorosa: o que insiste é elemento que resiste à simbolização, que Lacan situa no registro do real. Daqui decorre o limite: se o que mais importa na música é o que não se deixa traduzir, toda interpretação detida na letra opera sobre o resíduo mais domesticável da experiência. A análise textual de canções, adotada neste ensaio, é por

construção uma análise do que na música é menos especificamente musical.

3.4 Espaço potencial e objeto transicional

Winnicott (1975) oferece o modelo que melhor descreve o lugar da música na economia subjetiva cotidiana. O espaço potencial é a área intermediária de experiência que não é nem realidade interna nem mundo externo compartilhado, e na qual se alojam o brincar, a experiência cultural e a criatividade. O objeto transicional é o primeiro ocupante desse espaço: possuído e encontrado ao mesmo tempo, sem que a pergunta sobre sua origem precise ser feita.

A canção à qual um sujeito retorna com regularidade tem exatamente essa estrutura. Vem de fora, foi feita por outro, e é no entanto investida como algo que lhe pertence e que diz o que ele não diria. Funciona como *holding*, sustentando estados afetivos em períodos de desorganização. Essa é, das quatro leituras, aquela cujo alcance clínico é mais imediato, porque não depende de nenhuma hipótese sobre o inconsciente do compositor.

4 O som antes da palavra

As quatro leituras convergem em um ponto: o som antecede a palavra na constituição do sujeito. O aparelho auditivo é funcional antes do nascimento, e a voz materna, a prosódia, o ritmo das trocas precoces compõem um ambiente sonoro que organiza a experiência antes que haja linguagem para registrá-la. Anzieu (1989) propôs chamar essa organização de envelope sonoro: uma primeira continência, anterior à pele e com ela articulada, que oferece ao *infans* limite e contorno.

A tese tem consequência precisa. Se a música mobiliza registros constituídos antes da palavra, o que ela movimenta não é material recalcado — que supõe representação inscrita e depois afastada — mas material que nunca chegou a ser representado. A distinção costuma ser elidida. O recalcado pode retornar porque foi um dia inscrito; o não representado só pode ser inaugurado. A música, nesse caso, não revela: produz, pela primeira vez, forma para algo que não a tinha.

Bion (1991) fornece o vocabulário para esse processo ao descrever a transformação de elementos brutos da experiência em material pensável, mediante função que o sujeito só adquire por empréstimo de outro que a exerce por ele. A obra musical pode ocupar temporariamente essa posição. Dizer isso não é dizer que a música cure; é dizer

que ela empresta forma, e que a forma emprestada pode ou não ser apropriada.

5 Análises

5.1 A perda e sua forma

Freud (1996b) distingue luto e melancolia por um traço decisivo: no luto, o sujeito sabe o que perdeu; na melancolia, perdeu-se algo que não se deixa nomear, e a sombra do objeto recai sobre o eu. A canção de luto trabalha precisamente na fronteira entre os dois estados, e seu procedimento característico é a produção de um lugar vazio que possa ser designado.

Há um grupo considerável de canções brasileiras cujo dispositivo formal consiste em nomear a ausência por meio de um objeto cotidiano que a torna localizável — a cadeira vazia, a mesa onde alguém falta. O objeto não substitui o morto: circunscreve o vazio, e é essa circunscrição que permite ao luto operar. Em termos winnicottianos, o objeto cantado torna-se transicional no sentido estrito, mediando a passagem da presença à representação da ausência. A canção, ao tornar a falta enunciável, faz o trabalho que a melancolia impede — e esse é seu rendimento psíquico, não a consolação que se lhe costuma atribuir.

5.2 O desejo e a falta: *Eu sei que vou te amar*

A canção de Jobim e Vinícius de Moraes (1959) é exemplar não pelo tema, mas pela estrutura temporal de sua enunciação. Tudo nela está no futuro: amar, chorar, sofrer. O sujeito lírico não descreve um amor em curso, mas antecipa uma permanência, e o faz prometendo o sofrimento junto com o afeto. A promessa de chorar a cada ausência não é concessão a um risco; é parte do que se promete.

A leitura lacaniana se impõe sem forçar o texto. O desejo não visa um objeto que o satisfaça, mas se sustenta na distância que o separa dele; o que mantém o desejo em movimento é exatamente aquilo que impede sua extinção. A canção constrói formalmente esse mecanismo: a repetição melódica e a insistência da promessa não resolvem o afeto, mantêm-no suspenso. Trata-se de um objeto estético cuja forma coincide com a estrutura que ele descreve — o que é raro, e o que justifica tomá-lo como objeto de análise em vez de como exemplo.

5.3 A origem da criação: *De onde vem a canção*

A canção de Lenine (2011) formula uma pergunta que a psicanálise reconhece como sua. Ao descrever a composição como algo que despenca, que já nasce pronta, que o

vento inventa, o texto situa a criação fora do domínio da vontade consciente e recusa a ela qualquer causalidade linear.

Essa descrição coincide com a estrutura do sintoma, que também se impõe ao sujeito sem que ele o tenha decidido, carrega sentido condensado e aparece como vindo de fora. A proximidade não é analogia frouxa: sintoma e formação artística partilham a economia e diferem no destino — um se fecha sobre a repetição, a outra abre para o laço. A canção de Lenine tematiza essa economia em vez de apenas realizá-la, e é por isso que interessa aqui: não ilustra a tese, enuncia-a.

5.4 Reparação e inscrição no laço

Klein (1996) descreve a reparação como movimento pelo qual o sujeito, tendo reconhecido o dano que sua agressividade causou ao objeto, empreende restaurá-lo — movimento que a autora situa na origem da formação de símbolos. A obra artística é um dos lugares em que esse trabalho se realiza, e a canção que organiza um retorno, um reencontro ou um pedido de reconhecimento opera nesse registro.

Quando a obra o faz em nome de uma coletividade, o registro se desloca. Freud (1996c) descreve o laço coletivo como estruturado por identificações partilhadas e por um ideal comum, e é nesse quadro que se lê a produção musical que enuncia sofrimento social. Em *AmarElo*, de Emicida (2019), o que se formula não é dor individual, mas a inscrição de uma dor que o discurso corrente não acolhe — operação que Bion descreveria como continência, exercida por uma obra diante de uma audiência. Convém resistir, porém, a converter a análise estética em veredicto político: o que a leitura psicanalítica alcança é a forma da operação, não sua eficácia histórica.

5.5 A canção como restauração: *Remember me*

Na trilha de *Coco*, a canção de Anderson-Lopez e Lopez (2017) aparece em situação dramática que tematiza sua própria função: uma personagem em retraimento é reconvocada à presença pela escuta de uma melodia da infância. A cena é ficcional e nada prova sobre memória ou sobre clínica. Ela encena, em forma condensada, a hipótese que este ensaio examina — que uma forma sonora pode reinstalar continuidade onde ela se rompeu. Vale registrar, contra o uso apologético frequente dessa cena, que uma representação não é evidência: mostra como a cultura imagina a função da música, não como essa função opera.

OBRA	OPERAÇÃO FORMAL	CONCEITO MOBILIZADO	ALCANCE DA LEITURA
Canção de luto	Objeto cotidiano circunscreve o lugar vazio	Luto e melancolia; objeto transicional	Alto: a operação está no texto
Eu sei que vou te amar	Enunciação integralmente no futuro; promessa repetida	Desejo como falta; objeto <i>a</i>	Alto: forma e tese coincidem
De onde vem a canção	Criação descrita como irrupção sem causa	Formação do inconsciente; sintoma	Alto: a obra tematiza a tese
AmarElo	Dor individual enunciada como dor coletiva	Identificação; continência	Médio: alcance social não aferível
Remember me	Cena ficcional encena a função restauradora	Espaço potencial; reparação	Baixo: representação, não evidência

Tabela 1 — Síntese das análises. A coluna de alcance registra o grau de sustentação que o texto da obra oferece à leitura proposta, não o valor estético da obra nem a correção da teoria mobilizada.

6 Alcance e limites do procedimento

A leitura psicanalítica de obras musicais enfrenta três objeções que convém enunciar antes de responder.

A primeira é a da superinterpretação. Dispondo de repertório conceitual tão amplo quanto o psicanalítico, o intérprete encontrará em qualquer obra o conceito que procura, e a confirmação resultante não tem valor probatório. A objeção só admite resposta parcial: exige-se que a leitura se ancore em traço formal identificável no texto — estrutura temporal, figura recorrente, dispositivo dramático — e não em impressão afetiva. A tabela acima registra o grau desigual com que as análises deste ensaio satisfazem esse requisito.

A segunda objeção é a da psicobiografia. Interpretar uma obra em termos psicanalíticos tende a deslizar para afirmações sobre quem a produziu, deslize metodologicamente indefensável — não há acesso ao inconsciente de quem não está em análise — e eticamente problemático quando o autor é pessoa viva e identificável. Nenhuma das análises propostas formula hipótese sobre a vida psíquica dos compositores mencionados, e essa abstenção é condição de validade do procedimento.

A terceira é a mais difícil. Se, como Lacan sustenta, o que na música convoca o sujeito é precisamente o que resiste à simbolização, então a análise do texto cantado incide sobre o componente menos propriamente musical da experiência. A escolha quase exclusiva de canções, neste ensaio, é uma concessão a essa dificuldade, não uma solução. Uma psicanálise da música que fosse além da psicanálise de letras exigiria instrumentos — para o timbre, o ritmo, a condução harmônica — que a teoria não desenvolveu e que não se improvisam.

Resta a questão do uso clínico. Que a música compareça no discurso de quem fala em análise é fato corrente, e nada do que foi exposto autoriza tratá-la como material privilegiado. Ela se escuta como se escuta qualquer outra produção: pelas associações que convoca, não pelo sentido que o analista lhe atribuiria a partir de sua própria relação com a obra. A tentativa contrária — interpretar a canção em lugar de escutar o que o sujeito faz com ela — é o risco específico que esta linha de trabalho introduz na clínica, e convém nomeá-lo.

7 Considerações finais

Três conclusões se sustentam ao fim do percurso.

A primeira é que a hipótese de ler a canção como formação do inconsciente é defensável, desde que se precise do que se trata. A canção partilha com o sonho e o chiste as operações de condensação e deslocamento, e produz efeitos que o sujeito não decide. Não partilha, porém, sua condição decisiva: o sonho é produção do próprio sonhador, enquanto a canção é produção alheia que o ouvinte investe. A formação, aqui, não está na obra — está no uso que se faz dela, e é esse uso, não a obra, que constitui material analisável.

A segunda é que a anterioridade do som em relação à palavra, longe de ser argumento a favor de um acesso privilegiado ao inconsciente, é o que torna a interpretação musical mais incerta. Aquilo que nunca foi representado não pode ser recuperado; pode apenas receber forma pela primeira vez. A música inaugura mais do que revela, e tratar inauguração como revelação é o erro recorrente da literatura sobre o tema.

A terceira é que o rendimento clínico da proposta é modesto e preciso. Não consiste em extrair significados de

canções, mas em reconhecer que o investimento de uma obra sonora é dado sobre o qual se pode trabalhar: por que esta canção, por que agora, o que ela sustenta que o sujeito ainda não sustenta sozinho. Essa é uma pergunta analítica. A pergunta sobre o que a canção significa não é.

Permanece aberta a tarefa que este ensaio contorna. Enquanto a psicanálise não dispuser de meios para tratar do material propriamente sonoro, e não apenas de sua camada verbal, o que se tem é uma psicanálise aplicada a letras de canção, útil mas limitada. Construir esses meios exigiria trabalho conjunto com a teoria musical, condição para que a expressão "música como linguagem do inconsciente" deixe de ser metáfora e passe a designar objeto investível.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de ensaio teórico com análise textual de obras publicadas, sem produção de dados primários e sem material clínico.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

ANDERSON-LOPEZ, K.; LOPEZ, R. Remember me. In: *Coco: original motion picture soundtrack*. Burbank: Walt Disney Records, 2017. 1 disco sonoro.

ANZIEU, D. *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

DUNKER, C. I. L. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011.

EMICIDA. AmarElo. In: EMICIDA. *AmarElo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 disco sonoro.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos* (1900). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Escritores criativos e devaneios (1908). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 131-143.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 243-263.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 89-179.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930 [1929]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 67-148.

JOBIM, A. C.; MORAES, V. de. *Eu sei que vou te amar*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1959. 1 canção.

JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNG, C. G. *Psicologia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obras completas, v. 11/1).

KLEIN, M. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930). In: *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 249-264.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LENINE. De onde vem a canção. In: LENINE. *Chão*. Rio de Janeiro: Universal Music, 2011. 1 disco sonoro.

RIVERA, T. *O avesso do imaginário: arte contemporânea e psicanálise*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

CUNHA, L. C. P. A música como formação do inconsciente: escuta, sublimação e simbolização. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 33-39, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Reconhecimento e identificação: o sujeito entre a dialética hegeliana e o estágio do espelho lacaniano

Recognition and identification: the subject between the Hegelian dialectic and the Lacanian mirror stage

Bruno Brambati Piumbini

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina a aproximação, recorrente na literatura psicanalítica de língua portuguesa, entre a dialética do reconhecimento exposta por Hegel na *Fenomenologia do espírito* e o estágio do espelho formulado por Lacan. Sustenta-se que a aproximação é legítima e historicamente fundada — a mediação de Kojève, cujo seminário Lacan frequentou nos anos 1930, é incontornável —, mas que ela se torna estéril quando converte correspondência em sinonímia. Três termos concentram o risco: sujeito, saber e desejo. Em Hegel, designam momentos de um movimento que tende à reconciliação; em Lacan, nomeiam uma divisão sem síntese, um saber que não se sabe e uma falta estruturalmente insatisfazível. O percurso reconstitui primeiro a figura do senhorio e da servidão em seus próprios termos, depois o estágio do espelho como teoria da identificação imaginária, e em seguida confronta os três conceitos sob dupla acepção. Argumenta-se que reconhecimento e identificação não são operações homólogas: o primeiro é intersubjetivo e dialético, o segundo é especular e produz *méconnaissance*. Conclui-se que a aproximação rende como instrumento de leitura da divisão subjetiva e da transferência, mas não autoriza supor, na clínica, um termo em que a divisão se resolva.

Palavras-chave: Hegel; Lacan; reconhecimento; estágio do espelho; alienação.

ABSTRACT

This article examines the approximation, recurrent in Portuguese-language psychoanalytic literature, between the dialectic of recognition set out by Hegel in the *Phenomenology of Spirit* and the mirror stage formulated by Lacan. It is argued that the approximation is legitimate and historically grounded — the mediation of Kojève, whose seminar Lacan attended in the 1930s, is unavoidable — but that it becomes sterile when correspondence is converted into synonymy. Three terms concentrate the risk: subject, knowledge and desire. In Hegel they designate moments of a movement tending towards reconciliation; in Lacan they name a division without synthesis, a knowledge that does not know itself, and a structurally unsatisfiable lack. The path first reconstitutes the figure of lordship and bondage in its own terms, then the mirror stage as a theory of imaginary identification, and subsequently confronts the three concepts under their double acceptance. Recognition and identification are shown not to be homologous operations: the former is intersubjective and dialectical, the latter specular and productive of *méconnaissance*. It is concluded that the approximation yields an instrument for reading subjective division and transference, but does not authorise supposing, in the clinic, a term in which that division is resolved.

Keywords: Hegel; Lacan; recognition; mirror stage; alienation.

1 Introdução

Entre os lugares-comuns mais estáveis da literatura psicanalítica contemporânea está a afirmação de que o estágio do espelho lacaniano prolonga, no terreno da constituição do eu, o que Hegel havia estabelecido sobre o reconheci-

mento. A afirmação tem fundamento. Lacan frequentou, entre 1933 e 1939, o seminário em que Kojève comentava a *Fenomenologia do espírito*, e a fórmula segundo a qual o desejo do homem é o desejo do Outro carrega marca inequívoca daquela leitura. Não se trata, portanto, de analogia construída retrospectivamente por comentadores: trata-se de filiação documentada.

O problema não está na filiação, mas no uso que dela se faz. Com frequência, a aproximação opera por substituição de vocabulário: o senhor e o servo tornam-se figuras do narcisismo, a alienação hegeliana e a alienação lacaniana são tratadas como o mesmo processo, e o reconhecimento mútuo surge como horizonte normativo da análise. O resultado é um texto em que ambos os autores parecem dizer a mesma coisa em dialetos diferentes — e no qual, precisamente por isso, nenhum dos dois diz nada que o outro já não tivesse dito.

A tese aqui sustentada é que a aproximação rende quando preserva a assimetria. Hegel e Lacan empregam *sujeito*, *saber* e *desejo* em acepções que não se recobrem, e é no intervalo entre essas acepções — não na sua fusão — que a comparação produz inteligibilidade. A *Fenomenologia* narra um itinerário: as figuras da consciência se sucedem porque cada uma fracassa de modo determinado, e o fracasso é o motor que conduz ao saber absoluto. O ensino de Lacan não tem itinerário desse tipo. A divisão que o estádio do espelho inaugura não é supressão em etapa posterior; ela é a condição permanente do sujeito falante.

Essa diferença não é detalhe de escola. Ela decide o que se pode esperar de um tratamento. Se a divisão subjetiva for lida como momento negativo a ser superado, a análise ganha télos: restituir ao analisante a unidade que o espelho lhe teria roubado. Se for lida como estrutura, o que a análise pode oferecer é outra coisa — um deslocamento na posição do sujeito diante de sua falta, não a supressão dela. O artigo examina essa bifurcação e suas consequências, e discute em que medida as leituras críticas de inspiração racial, decolonial e desconstrucionista, que nos últimos anos reabriram o dossiê, deslocam os termos do problema.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. A opção pela revisão narrativa, e não pela revisão sistemática, decorre do objeto: o que está em exame é a compatibilidade semântica entre dois léxicos filosóficos, questão que não se decide por contagem de estu-

dos nem admite protocolo de triagem com desfecho mensurável.

O corpus primário reúne os textos em que cada formulação recebe exposição canônica: a seção sobre independência e dependência da autoconsciência, na *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 2014); o comentário de Kojève (2002), tomado não como exegese autorizada de Hegel, mas como o Hegel efetivamente recebido pela geração francesa; e, em Lacan, o escrito de 1949 sobre o estádio do espelho, o relatório de Roma de 1953, o escrito de 1960 sobre a subversão do sujeito e as operações de alienação e separação expostas no Seminário 11 (LACAN, 1998a, 1998b, 1998c, 1998d). Recorre-se a Freud (1996) onde a filiação é direta, em particular quanto ao narcisismo.

O corpus secundário reúne trabalhos publicados entre 2021 e 2024 que tratam explicitamente da interface, ou que incidem sobre um de seus termos de modo a afetá-la. O critério de inclusão exigiu publicação em periódico com revisão por pares e tratamento conceitual do problema; o critério de exclusão descartou trabalhos que mencionassem a interface apenas de passagem e aqueles cuja identificação bibliográfica não pôde ser confirmada de modo inequívoco.

O procedimento consistiu em três etapas: reconstituição de cada formulação em seus próprios termos e em seu próprio contexto argumentativo; identificação dos pontos em que os léxicos se tocam; e exame, termo a termo, do que a sobreposição sustenta e do que ela não sustenta.

3 A dialética do reconhecimento e sua recepção francesa

3.1 Senhorio e servidão

A figura hegeliana do senhorio e da servidão não é, em sua letra, uma teoria da constituição psíquica individual. Ela pertence ao capítulo sobre a autoconsciência e responde a um problema de ordem lógica: como a certeza de si, que a consciência alcançou ao voltar-se sobre seu objeto, pode converter-se em verdade. A resposta de Hegel (2014) é que ela não pode fazê-lo sozinha. A autoconsciência só é efetiva quando reconhecida por outra autoconsciência, e esse reconhecimento não é dádiva: é conquistado em confronto no qual cada termo arrisca a vida para provar que não é mera existência natural.

O desfecho do confronto é desigual, e é dessa desigualdade que decorre o essencial. O senhor obtém reconhecimento, mas de quem ele próprio não reconhece — reco-

nhecimento, portanto, sem valor, porque proveniente de uma consciência rebaixada à condição de coisa. O servo, que recuou diante da morte, encontra na experiência do medo absoluto e no trabalho sobre a matéria a via pela qual se forma e se efetiva. A verdade do senhor é o servo; a independência aparente converte-se em dependência, e a dependência em formação.

Dois traços da figura merecem registro, porque é sobre eles que a aproximação psicanalítica costuma passar depressa. O primeiro é que o reconhecimento é, em Hegel, intrinsecamente recíproco em seu conceito, ainda que a reciprocidade falhe na figura examinada — a falha é o que empurra o movimento adiante. O segundo é que a figura é um momento, não um destino: ela será supressumida nas figuras seguintes, e a *Fenomenologia* inteira é a narrativa dessa superação sucessiva. Retirar a figura dessa economia e tratá-la como descrição autônoma de uma relação intersubjetiva é operação legítima, mas que precisa ser declarada, pois altera o estatuto do que se está citando.

3.2 A antropologização por Kojève

Foi exatamente essa operação que Kojève (2002) realizou, e é por isso que sua mediação é incontornável. O Hegel de Kojève é antropológico: a *Fenomenologia* torna-se relato da constituição do humano, o desejo (*Begierde*) assume posição central, e a fórmula que dele resulta — o desejo humano é desejo do desejo do outro — desloca o eixo do argumento da lógica para a intersubjetividade. Kojève acentua ainda o que Hegel subordina: a negatividade, a morte, a luta. Maeso (2024) documenta como essa leitura atravessou o existencialismo e o estruturalismo antes de chegar às teorias da subjetividade, e Spak (2021) observa que o Hegel presente na psicanálise francesa é, em larga medida, esse Hegel já interpretado.

A consequência metodológica é relevante. Quando um texto psicanalítico invoca Hegel, convém perguntar qual Hegel está em causa. A dialética do reconhecimento lida como etapa de um sistema que culmina no saber absoluto e a dialética do reconhecimento lida como antropologia do desejo não produzem os mesmos efeitos teóricos. Lacan herdou a segunda, e boa parte das tensões que se seguem decorre de ele tê-la herdado para em seguida recusar-lhe a conclusão.

4 O estádio do espelho como teoria da identificação

O escrito de 1949 propõe que a criança entre seis e dez meses, cuja coordenação motora é ainda precária, antecipa no espelho uma unidade corporal que não possui. O

júbilo que acompanha o reconhecimento da imagem registra essa antecipação: o infante assume uma *Gestalt* que lhe vem de fora e que é, em relação à experiência fragmentada do corpo próprio, uma promessa (LACAN, 1998a). O eu que daí resulta não é instância de síntese nem órgão de adaptação; é precipitado de identificações, e sua origem exterior é constitutiva, não acidental.

Scarano e Pertile (2021) sublinham que a cena envolve três termos, e não dois: a criança, a imagem e o Outro que ratifica. A identificação especular não se consuma no par olho-espelho; requer o assentimento daquele que sustenta a criança e nomeia o que ela vê. Esse terceiro termo é o que impede reduzir o estádio do espelho a episódio evolutivo e o instala como operação simbólica. A filiação freudiana é direta: o eu que se constitui no espelho é o eu do narcisismo, investido libidinalmente de fora antes de poder investir (FREUD, 1996). Convém reter, com Laplanche e Pontalis (2001), que identificação designa em psicanálise a assimilação de um traço do outro pela qual o sujeito se transforma — definição que já a distingue do reconhecimento recíproco entre termos previamente constituídos.

Daí decorre o traço que mais resiste à assimilação a Hegel. O estádio do espelho não produz reconhecimento, produz *méconnaissance*. A unidade capturada é antecipada e, por isso, falsa no momento em que é assumida; o eu se institui sobre um desconhecimento de sua própria condição. Penna e Pimenta (2024) acentuam que a alienação assim inaugurada não é acidente corrigível, e sim a forma pela qual o sujeito advém. Lacan (1998d) formalizará o ponto nas operações de alienação e separação: o sujeito surge no campo do Outro sob a forma de uma escolha forçada, perdendo necessariamente uma parte de si no próprio ato de constituir-se.

Há, portanto, proximidade real com Hegel — alienação, dependência de um outro, constituição do si pelo que lhe é exterior — e, no mesmo lance, divergência decisiva. Em Hegel, a alienação é momento cuja verdade se revela na superação. Em Lacan, não há superação prevista. A separação não desfaz a alienação; produz, no intervalo entre os significantes do Outro, o espaço exíguo em que algo do desejo pode se inscrever.

5 Três termos sob dupla aceção

5.1 Sujeito

Em Hegel, sujeito nomeia a substância que se sabe como substância, isto é, o movimento pelo qual o em-si se torna

para-si. O prefácio da *Fenomenologia* é explícito: o verdadeiro deve ser apreendido não como substância, mas como sujeito, e isso significa apreendê-lo como processo que, atravessando a negação, retorna a si enriquecido. O sujeito hegeliano é, nesse sentido, resultado.

O sujeito lacaniano é o oposto de um resultado. Escrito com a barra, ele designa a divisão introduzida pelo significante: o sujeito é o que um significante representa para outro significante, o que equivale a dizer que ele não tem consistência própria e só comparece no intervalo da cadeia (LACAN, 1998c). Lemke, Ravanello e Costa (2021) mostram que essa posição tensiona as categorias ontológicas herdadas, pois a falta-a-ser não é privação de um ser que poderia ser restituído, e sim o modo mesmo pelo qual o sujeito do inconsciente se apresenta.

5.2 Saber

O saber absoluto hegeliano é termo de um percurso: a transparência do espírito a si mesmo, na qual a diferença entre consciência e objeto se dissolve. Em Lacan, saber e verdade se separam. Há um saber no inconsciente que o sujeito não sabe que sabe, e o saber que o analisante atribui ao analista — o sujeito suposto saber — é artifício transferencial, condição de entrada no tratamento e não sua meta. A direção do trabalho implica, ao fim, a desti-

tuição dessa suposição. Spak (2021) formula a oposição com precisão ao confrontar a certeza do significado em Hegel com a verdade do interdito em Lacan: a mediação simbólica que habilita o dizer é a mesma que impede o sujeito de se abarcar nele.

5.3 Desejo

A *Begierde* hegeliana é negatividade: desejo que suprime seu objeto para afirmar a independência da autoconsciência, e que, por isso mesmo, depende do objeto que destrói. Elevado a desejo de reconhecimento, encontra satisfação possível — a reciprocidade efetiva é figura alcançável no sistema. O desejo lacaniano não comporta esse desfecho. Metonímico, desliza de objeto em objeto sem que nenhum o conclua, porque não lhe falta este ou aquele objeto, mas um objeto que nunca existiu. Silva (2022) demonstra que é essa estrutura que separa o desejo lacaniano do realismo ingênuo do eu: o desejo não busca completude, mas se produz a partir da falta. A fórmula compartilhada com Kojève — o desejo é desejo do Outro — recebe, assim, leitura incompatível: em Kojève designa o reconhecimento que o outro pode conceder; em Lacan, a dependência do sujeito ao campo significante que o precede e no qual ele não encontra resposta.

TERMO	EM HEGEL	EM LACAN	ALCANCE E LIMITE DA APROXIMAÇÃO
Sujeito	Movimento que atravessa a negação e retorna a si como resultado	Divisão produzida pelo significante, sem consistência própria	Permite pensar a divisão; não permite supor um termo que a resolva
Saber	Transparência do espírito a si, alcançável no saber absoluto	Saber que não se sabe; suposição transferencial a ser destituída	Permite ler a transferência; não permite saber conclusivo sobre si
Desejo	<i>Begierde</i> : negatividade que se satisfaz no reconhecimento mútuo	Metonímico, nascido da falta, estruturalmente insatisfazível	Permite a fórmula do desejo do Outro; não permite reciprocidade
Reconhecer / identificar	Reconhecimento recíproco entre duas autoconsciências	Identificação com a imagem, produtora de <i>méconnaissance</i>	Permite o cotejo; não permite tratar os termos como sinônimos
Alienação	Momento negativo destinado à supressão	Operação constitutiva, irreversível, correlata da separação	Permite o paralelo estrutural; não permite prever superação

Tabela 1 — Acepções divergentes de cinco termos compartilhados pelo léxico hegeliano e pelo léxico lacaniano. A última coluna registra o que a aproximação sustenta e o que ela não autoriza, e não um grau de convergência entre as duas teorias.

6 Deslocamentos críticos recentes

A discussão sobre a interface foi reaberta, nos últimos anos, por abordagens que incidem menos sobre a coerência interna dos conceitos do que sobre suas condições de aplicação. Três direções merecem registro.

A primeira é a crítica racial e decolonial. Silva (2024), ao reler a dialética do reconhecimento com Fanon, mostra

que a luta por reconhecimento supõe partes capazes de ocupar a posição de autoconsciência, e que a situação colonial é precisamente aquela em que essa posição é dene- gada a um dos termos. Não se trata de reconhecimento fa- lho, mas de exclusão prévia do campo em que o reconhe- cimento se disputa. Dias e Canavêz (2022), em registro correlato, demonstram que a estrutura edipiana é atraves- sada por discursos de hierarquia racial, de modo que as

posições parentais comparecem já marcadas por determinações que a teoria costuma supor neutras. Ambra e Paulon (2024) estendem a observação ao sofrimento de origem institucional, evidenciando que, em contextos de violência, o reconhecimento mútuo tanto pode subverter quanto reproduzir a relação de força que o enquadra.

A segunda direção é desconstrucionista. Dutra (2024) submete a centralidade do falo em Lacan à crítica derridiana e expõe zonas de indeterminação que o modelo não absorve. A pertinência para o problema aqui tratado é indireta mas real: se o operador que ordena a diferença sexual é ele próprio instável, enfraquece-se a pretensão de que o quadro lacaniano constitua estrutura formal indiferente aos contextos em que opera — pretensão que sustentava, em boa parte, a confiança com que o quadro era sobreposto ao hegeliano.

A terceira provém da clínica com sujeitos cujo modo de subjetivação não se conforma ao padrão pressuposto. Reis *et al.* (2023) examinam o trabalho do analista com o autismo e indicam que as modalidades de transferência e de mediação linguística ali em jogo exigem revisão do que se entende por acesso ao simbólico. Também aqui o efeito sobre a interface é de limitação: a identificação especular descrita em 1949 não descreve um universal antropológico, e a figura hegeliana, construída sobre duas autoconsciências plenamente constituídas, descreve-o ainda menos.

O que essas três direções têm em comum é o deslocamento do registro da discussão. A questão deixa de ser se Hegel e Lacan dizem o mesmo e passa a ser sob que condições cada um dos dois quadros se aplica — pergunta à qual nenhum deles responde por si.

7 Considerações finais

O percurso autoriza três conclusões.

A primeira é que a filiação entre Hegel e Lacan é histórica antes de ser conceitual. Ela passa por Kojève, e o Hegel que dela resulta é um Hegel antropológico, no qual o desejo ocupa o lugar que o sistema reservava à lógica. Omitir essa mediação produz o efeito de atribuir a Hegel teses que são de seu intérprete, e de fazer parecer espontânea uma convergência que foi construída.

A segunda é que a aproximação se sustenta no plano da estrutura e se desfaz no plano do destino. Ambos descrevem um si que se constitui pelo que lhe é exterior e que, nesse movimento, se perde. Divergem quanto ao que se

segue: a *Fenomenologia* narra uma perda que trabalha em favor de sua superação, ao passo que o ensino de Lacan sustenta uma perda sem restituição prevista. Tratar as duas alienações como uma só é, portanto, o erro mais consequente que a literatura comete, porque importa para a psicanálise um télos que ela recusou.

A terceira diz respeito à clínica. Se a divisão subjetiva é estrutural, a direção do tratamento não pode ser a restituição de uma unidade perdida, e o reconhecimento mútuo não funciona como critério de êxito. O que a leitura cruzada oferece ao analista é mais modesto e mais utilizável: um vocabulário para situar os impasses em que o analisante demanda do Outro uma ratificação que nenhum Outro está em condição de fornecer, e para distinguir esses impasses da retificação da posição subjetiva que a análise pode efetivamente produzir.

Resta, como agenda, examinar se a assimetria aqui sustentada se mantém diante das reformulações tardias de Lacan, nas quais o estatuto do real e a função do sintoma deslocam o peso do registro imaginário. É trabalho que exige exame textual específico e que este artigo apenas delimita.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- AMBRA, P.; PAULON, C. P. Registros políticos do sofrimento: identidade, trauma e transformação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 27, p. e230967, 2024.
- DIAS, L. S.; CANAVÊZ, F. Complexo de Édipo e diferença racial em psicanálise. *Revista Subjetividades*, v. 22, n. 3, p. e12545, 2022.

- DUTRA, V. A economia restrita do falo: crítica derridiana à teoria sexual de Lacan. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 31, n. 66, 2024.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-108.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Menezes. 9. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- KOJÈVE, A. *Introdução à leitura de Hegel*: aulas sobre a Fenomenologia do Espírito. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto; EdUERJ, 2002.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 96-103.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 238-324.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c. p. 807-842.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998d.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEMKE, R.; RAVANELLO, T.; COSTA, M. O problema da ontologia na psicanálise lacaniana. *Tempo Psicanalítico*, v. 53, n. 2, 2021.
- MAESO, B. E. "Pais e filhos": a recepção de Hegel nas filosofias francófilas no século XX. *DoisPontos*, v. 21, n. 3, 2024.
- PENNA, P. D. M.; PIMENTA, C. G. A importância do processo de alienação na constituição do sujeito: abordagens teóricas e clínicas na psicanálise lacaniana. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 10, p. e9340, 2024.
- REIS, V. A. W. *et al.* Considerações sobre o trabalho do analista com o autismo a partir da psicanálise lacaniana. *Tempo Psicanalítico*, v. 55, p. 432-466, 2023.
- SCARANO, R. C. V.; PERTILE, G. H. A questão da identificação em O estádio do espelho e sua relação com a alteridade em Jacques Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 10, n. 19, p. 1-21, 2021.
- SILVA, A. W. C. da *et al.* A teoria do desejo em Lacan como crítica ao realismo ingênuo do eu. *Revista Subjetividades*, v. 22, n. 3, 2022.
- SILVA, P. C. A. A questão do reconhecimento: Fanon e a dialética hegeliana. *Via Atlântica*, v. 25, n. 1, p. 160-188, 2024.
- SPAK, G. C. Sujeito e saber em Hegel e em Lacan: entre a certeza do significado e a verdade do interdito. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, v. 10, n. 2, p. 41-52, 2021.

COMO CITAR

PIUMBINI, B. B. Reconhecimento e identificação: o sujeito entre a dialética hegeliana e o estágio do espelho lacaniano.

Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais, v. 3, n. 2, p. 40-46, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

A cor como material de simbolização: uma leitura kleiniana da arteterapia

Colour as material for symbolisation: a Kleinian reading of art therapy

Jonathan Souza Dias Moreira

Psicanalista clínico, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina em que termos a teoria kleiniana da formação de símbolo pode fundamentar a leitura do uso da cor em arteterapia. Parte-se da constatação de que a arteterapia brasileira recorre com frequência a tabelas de correspondência entre cores e estados afetivos cuja origem é cultural e comercial, não psicanalítica, e que convivem mal com o referencial de relações objetais que essas mesmas práticas invocam. Argumenta-se que a contribuição kleiniana não está em atribuir significado a cores isoladas, mas em descrever as condições sob as quais um material expressivo qualquer passa a funcionar como símbolo: a tolerância à ambivalência, a passagem da posição esquizoparanoide à depressiva e o impulso reparatório que sustenta o gesto criador. A partir de Klein, Segal e Joseph, propõe-se deslocar a unidade de análise da cor escolhida para a relação do sujeito com o material e com o ato de escolher. Conclui-se que a leitura cromática tem valor como hipótese interpretativa a ser verificada no vínculo, e não como instrumento diagnóstico: não há validação psicométrica que autorize inferir estado psíquico a partir de cor, e o enquadre arteterapêutico deve explicitar esse limite.

Palavras-chave: Melanie Klein; arteterapia; formação de símbolo; relações objetais; reparação.

ABSTRACT

This article examines the terms under which the Kleinian theory of symbol formation may ground the reading of colour use in art therapy. It starts from the observation that Brazilian art therapy frequently resorts to tables of correspondence between colours and affective states whose origin is cultural and commercial rather than psychoanalytic, and which sit uneasily with the object-relations framework those same practices invoke. It is argued that the Kleinian contribution lies not in assigning meaning to isolated colours but in describing the conditions under which any expressive material comes to function as a symbol: tolerance of ambivalence, the movement from the paranoid-schizoid to the depressive position, and the reparative impulse sustaining the creative gesture. Drawing on Klein, Segal and Joseph, the article proposes shifting the unit of analysis from the chosen colour to the subject's relation to the material and to the act of choosing. It concludes that chromatic reading holds value as an interpretive hypothesis to be tested within the bond, not as a diagnostic instrument: no psychometric validation authorises inferring psychic state from colour, and the art-therapeutic frame must make that limit explicit.

Keywords: Melanie Klein; art therapy; symbol formation; object relations; reparation.

1 Introdução

A arteterapia ocupa posição peculiar no campo das práticas psi brasileiras. Reivindica fundamentação psicanalítica, recorre a um vocabulário de inconsciente, simbolização e elaboração, e ao mesmo tempo opera cotidianamente com repertórios interpretativos cuja procedência é outra: manuais de psicologia das cores, cartilhas de cromoterapia, tabelas de correspondência afetiva herdadas da

publicidade e do design. A convivência entre esses dois registros raramente é tematizada. O resultado é uma prática que invoca Klein para legitimar inferências que a teoria kleiniana, lida com rigor, não autoriza.

O presente artigo propõe-se a examinar essa articulação em seus próprios termos. A pergunta não é se a cor tem significado psíquico — formulada assim, ela só admite respostas triviais ou dogmáticas —, mas qual é, exatamente, o lugar que a teoria kleiniana reserva ao material expressivo no trabalho de simbolização, e o que decorre desse lugar para a leitura clínica de uma escolha cromática.

A tese sustentada é que a contribuição de Klein ao campo não reside em qualquer atribuição de sentido a cores particulares. Klein não escreveu sobre cor, e a tentativa de extrair de sua obra um código cromático produz apenas projeção retroativa. A contribuição reside em outro ponto, mais discreto e mais consequente: Klein descreveu as condições sob as quais um objeto do mundo externo passa a poder representar um objeto interno sem com ele se confundir. Essa descrição — a teoria da formação de símbolo, desenvolvida por Segal em sua distinção entre equação simbólica e símbolo propriamente dito — é o que a arteterapia pode legitimamente tomar de empréstimo.

O deslocamento que daí resulta é de unidade de análise. Em vez de perguntar o que significa o preto que o sujeito escolheu, pergunta-se como esse sujeito se relaciona com o material, o que faz com ele, se o utiliza como coisa ou como representação, se tolera que a mesma cor comporte valências opostas, se o gesto que produz a imagem tem caráter de ataque ou de reparação. A cor deixa de ser signo a decifrar e passa a ser instrumento cuja manipulação revela o estado do trabalho simbólico.

Essa reorientação tem consequência prática imediata, que o artigo procura explicitar: ela separa o que é hipótese interpretativa, verificável no vínculo e sempre revisável, daquilo que seria pretensão diagnóstica — para a qual, no caso da leitura cromática, não existe sustentação empírica disponível.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. O corpus primário é constituído pelos textos em que a tradição kleiniana formula a questão do símbolo: o artigo de Klein sobre a importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930), as *Notas sobre alguns mecanismos esquizoides* (1946), as

Notes on symbol formation de Segal (1957) e a sistematização oferecida por sua *Introdução à obra de Melanie Klein* (1964). A esse núcleo somam-se os trabalhos de Segal sobre estética e os de Joseph sobre comunicação não verbal e situação transferencial total.

O corpus secundário reúne a literatura de arteterapia que explicita filiação psicanalítica — Philippini no contexto brasileiro, Edwards no anglófono — e as obras de referência sobre teoria da cor mobilizadas por essa literatura, notadamente Arnheim e Pedrosa. O critério de inclusão foi duplo: tratamento explícito da relação entre material expressivo e processo psíquico; e filiação declarada a um referencial teórico identificável. Excluíram-se manuais de correspondência cromática sem fundamentação declarada, literatura de cromoterapia e textos de divulgação.

O procedimento comporta três movimentos. Reconstitui-se primeiro a teoria kleiniana do símbolo em seus próprios termos, evitando a tradução apressada para o vocabulário da arteterapia. Examina-se em seguida o que, nessa teoria, incide efetivamente sobre o trabalho com material plástico. Confrontam-se, por fim, as inferências assim autorizadas com aquelas que a prática corrente realiza, delimitando o alcance de umas e de outras.

Registre-se uma delimitação de escopo. Este artigo não apresenta material clínico nem dados de atendimento. A discussão é conceitual, e as consequências que extrai para a prática têm estatuto de recomendação argumentada, não de achado empírico.

3 A formação de símbolo na teoria kleiniana

3.1 Do símbolo como equação ao símbolo como representação

A formulação inaugural encontra-se em Klein (1930). Ao descrever o caso de uma criança cujo desenvolvimento simbólico se mostrava gravemente inibido, Klein propõe que a capacidade de formar símbolos tem origem na ansiedade: é a angústia relativa ao corpo materno, fantasiado como continente de objetos a serem atacados e recuperados, que impulsiona o investimento de objetos substitutos no mundo externo. O símbolo não nasce de uma operação intelectual, mas de uma necessidade defensiva. Quando a ansiedade é excessiva, o processo se interrompe, e com ele o acesso ao jogo, à representação e, em última instância, ao pensamento.

Segal (1957) desdobra essa proposição numa distinção que se tornou central. Na equação simbólica, o substituto é sentido como sendo o objeto original: não representa, é.

O violino não evoca o corpo — tocá-lo em público equivale a masturbar-se em público. A equação simbólica é própria da posição esquizoparanoide, em que os objetos são parciais, cindidos em bons e maus, e em que a identificação projetiva maciça impede a diferenciação entre o eu e o objeto. No símbolo propriamente dito, ao contrário, a distância entre representante e representado é reconhecida e tolerada. O símbolo é sentido como criação do ego, disponível para ser usado, abandonado, transformado.

A passagem de um regime ao outro acompanha a transição para a posição depressiva. Quando o objeto deixa de ser parcial e passa a ser reconhecido como inteiro — fonte simultânea de gratificação e de frustração —, a ambivalência torna-se suportável, e com ela surge a culpa pelos ataques fantasiados e o desejo de reparar. O símbolo, nesse novo regime, é precisamente o que permite manter internamente um objeto amado cuja perda se teme: representa-o sem substituí-lo, e por isso pode suportar a ambivalência que o objeto suscita.

Esse é o ponto de articulação com a atividade criadora. Segal sustenta que a produção estética tem raiz no impulso reparatório da posição depressiva: criar é restaurar, no mundo externo, um objeto interno sentido como danificado. A obra não é descarga nem ornamento; é tentativa de reconstituição. Daí o critério que Segal propõe para distinguir a criação genuína da produção maníaca: a primeira reconhece a destruição e a inclui na forma; a segunda a nega.

3.2 O que a teoria autoriza e o que não autoriza

Convém extrair as consequências negativas dessa reconstituição antes das positivas, porque são elas que delimitam o campo.

Em primeiro lugar, nada na teoria kleiniana do símbolo estabelece correspondência entre qualidades sensíveis do material e conteúdos psíquicos determinados. O símbolo kleiniano é idiossincrático por construção: seu sentido deriva da história das relações de objeto do sujeito que o produziu, não de propriedades do veículo. Dois sujeitos que escolhem o mesmo vermelho podem estar realizando operações psíquicas inteiramente distintas, e o mesmo sujeito pode investir o mesmo vermelho de sentidos opostos em momentos diferentes. A teoria que supostamente fundamenta as tabelas cromáticas é, na verdade, aquela que mais decisivamente as recusa.

Em segundo lugar, a teoria não autoriza inferência de estrutura a partir de produto isolado. A distinção entre equa-

ção simbólica e símbolo não se lê na imagem: lê-se na relação do sujeito com a imagem — no modo como a trata, no que dela espera, no que acontece quando ela é olhada por outro. É informação de processo, acessível no vínculo e ao longo do tempo, não em uma folha.

Em terceiro lugar, o próprio vocabulário exige vigilância. A literatura de arteterapia desliza com frequência entre registros teóricos incompatíveis, importando para uma argumentação kleiniana noções de outra procedência — arquétipo, individuação, mandala — que pertencem à tradição junguiana e supõem uma teoria do símbolo diametralmente oposta. Onde Jung postula conteúdos simbólicos universais e transindividuais, Klein postula símbolos singulares construídos na história das relações de objeto. A mistura não é eclética: é contraditória, e dissolve justamente aquilo que cada tradição tem de específico.

Resta a contribuição positiva, que é considerável. A teoria fornece critérios para avaliar o *estado* do trabalho simbólico: o grau de tolerância à ambivalência, a presença ou ausência de movimento reparatório, a qualidade da relação com o material. São critérios de processo, e é sobre eles que uma arteterapia de orientação kleiniana pode legitimamente se apoiar.

4 A cor como material expressivo

4.1 O que a cor oferece ao trabalho simbólico

Se a cor não carrega significado estável, por que o trabalho com cor ocuparia lugar privilegiado em arteterapia? A resposta não está na semântica cromática, mas em três propriedades do material.

A primeira é a imediatez. A cor dispensa a competência técnica que o desenho figurativo exige: é possível produzir uma superfície cromática carregada sem saber desenhar. Isso importa clinicamente porque remove uma das barreiras mais frequentes à produção — o julgamento sobre a própria habilidade — e desloca o eixo da avaliação estética para a expressão.

A segunda é a gradação. A cor admite intensidades, misturas, sobreposições e cobrimentos. Pode ser atenuada, saturada, apagada por outra camada. Essa plasticidade a torna especialmente adequada à representação de estados ambivalentes, nos quais o conflito não se resolve em alternativa mas em composição. Philippini observa que a escolha do material expressivo não é neutra, e que cada linguagem convoca um tipo distinto de elaboração.

A terceira é a reversibilidade parcial. Diferentemente da palavra dita, a cor posta no papel permanece e pode ser trabalhada: coberta, contornada, integrada. Essa permanência é o que torna o suporte plástico um lugar possível de reparação no sentido kleiniano — não metáfora de reparação, mas operação efetiva sobre um objeto que resiste, que guarda traço do ataque e que pode ser restaurado sem que o ataque seja negado.

Arnheim, em registro inteiramente distinto do psicanalítico, sustenta que a percepção não é recepção passiva de estímulo, mas atividade organizadora: ver é já estruturar. Pedrosa, por sua vez, demonstra que a experiência da cor é indissociável do contexto — cromático, cultural, situacional —, de modo que a mesma superfície física produz experiências perceptivas distintas conforme o entorno. As duas proposições convergem num ponto útil ao argumento aqui desenvolvido: a cor não é dado, é construção, e a construção é sempre situada.

4.2 O limite da leitura cromática

É necessário enunciar com clareza o limite que organiza toda a discussão anterior.

A hipótese de que escolhas cromáticas exprimem estados psíquicos é defensável e clinicamente fecunda. A hipótese de que exprimem estados psíquicos *determinados e estáveis*, de modo que se possa ler o afeto a partir da cor, não tem sustentação. Não existe, para esse uso, instrumento

validado: as tabelas de correspondência em circulação não derivam de estudos psicométricos, não dispõem de normatização populacional, não apresentam índices de fidedignidade entre avaliadores nem evidência de validade de critério. As associações que propõem variam por cultura, por faixa etária, por época e por exposição midiática recente — o que já basta para desqualificá-las como medida.

Disso não decorre que a leitura cromática deva ser abandonada. Decorre que seu estatuto deve ser corretamente declarado. Uma observação sobre a cor é hipótese interpretativa: formula-se, comunica-se ao sujeito em forma de pergunta e verifica-se no que ele responde, confirma ou recusa. É exatamente o estatuto que a psicanálise atribui a qualquer interpretação, e não há razão para que a interpretação do material plástico goze de privilégio epistêmico que a interpretação da fala não tem.

A diferença entre as duas posturas é prática, não apenas doutrinária. A primeira mantém o trabalho aberto e devolve ao sujeito a autoridade sobre o próprio material; a segunda fecha o sentido antes da verificação e instala o terapeuta como decifrador. Em termos kleinianos, a segunda postura reproduz, no enquadre, a própria equação simbólica que a terapia deveria ajudar a superar: trata a cor como sendo o afeto, em vez de tratá-la como sua representação possível.

OPERAÇÃO	FORMULAÇÃO KLEINIANA	INDICADOR NO TRABALHO COM COR	ALCANCE DA INFERÊNCIA
Equação simbólica	Substituto sentido como sendo o objeto (Segal, 1957)	Intolerância a alterar ou cobrir a cor posta	Processual. Exige observação no vínculo, não leitura da imagem
Cisão	Objeto parcial dividido em bom e mau (Klein, 1946)	Paleta rígida, sem mistura entre campos opostos	Indiciário. Compatível com outras causas, inclusive técnicas
Ambivalência	Objeto inteiro tolerado como bom e mau a um só tempo	Mesma cor investida de valências opostas	Sustentável como hipótese a verificar com o sujeito
Reparação	Restauração do objeto danificado (Klein, 1930)	Retomada da superfície atacada sem apagá-la	Sustentável. Observável no gesto, não na cor escolhida

Tabela 1 — Correspondência entre operações descritas pela teoria kleiniana e indicadores observáveis no trabalho com material cromático. A coluna de alcance registra o que cada indicador autoriza inferir; nenhum deles identifica estado psíquico a partir da cor isolada.

5 Consequências para o enquadre

5.1 O deslocamento da unidade de análise

O conjunto do argumento converge para uma reorientação da atenção clínica. O objeto de observação não é a cor escolhida, mas a economia do gesto que a emprega.

Interessam, nessa chave, questões que a leitura semântica não formula. O sujeito tolera que o material não corresponda à sua intenção, ou a discrepância é vivida como fracasso catastrófico? Consegue cobrir, misturar, alterar o que já produziu, ou cada marca é definitiva e intocável? A produção é mostrada, guardada, destruída? Há movimento de retomada sobre o que foi danificado — e esse movi-

mento restaura ou recobre? Cada uma dessas perguntas incide sobre o estado do trabalho simbólico, e nenhuma depende de saber o que o azul significa.

Joseph (1985) oferece aqui o conceito mais diretamente aproveitável. Ao propor que a transferência deve ser lida como situação total, e não como conjunto de conteúdos verbais, ela desloca a atenção do que é dito para o que é feito na relação — incluindo o que o paciente produz no analista. Transposta para o enquadre arteterapêutico, a proposição indica que a produção plástica não é documento a interpretar isoladamente, mas elemento de uma situação relacional da qual o terapeuta participa. O que o trabalho suscita em quem o recebe é dado clínico, e não interferência a eliminar.

5.2 Exigências do enquadre

Duas exigências decorrem do que foi exposto, e ambas dizem respeito a limites de atribuição.

A primeira é a distinção entre contextos. Oficina de arte-educação, ateliê expressivo e atendimento arteterapêutico são dispositivos diferentes, com objetivos, contratos e responsabilidades distintos. Produzir imagens em grupo escolar não constitui tratamento, e interpretar psicanaliticamente a produção de participantes que não procuraram atendimento, em contexto que não é clínico, excede o que o enquadre autoriza — por mais consistente que seja o referencial mobilizado. A pertinência teórica de uma leitura não cria o enquadre que a tornaria legítima.

A segunda é o estatuto da produção gráfica. Material plástico produzido por alguém em contexto de atendimento é dado clínico, e carrega marcas de autoria tão identificáveis quanto um relato: traço, grafia, conteúdo, circunstância. Sua reprodução em publicação depende de consentimento documentado, e o consentimento de pessoas que não podem consentir por si — crianças e adolescentes, sobretudo — exige procedimento próprio, com anuência de responsáveis, assentimento do próprio participante e, tratando-se de pesquisa, apreciação por comitê de ética. Quando qualquer desses requisitos falta, o material não deve ser publicado; o argumento teórico, quando é sólido, sustenta-se sem ele.

Essas exigências não são formalidade administrativa sobreposta ao trabalho. Decorrem do mesmo princípio que organiza toda a discussão: a produção plástica pertence a quem a fez, e lê-la é um ato que se realiza com o sujeito, não sobre ele.

6 Considerações finais

Três proposições resumem o percurso.

A primeira é que a teoria kleiniana não fornece, e não pode fornecer, um código cromático. Buscar em Klein a chave de leitura das cores é pedir à obra precisamente aquilo que ela recusa, já que o símbolo kleiniano deriva sua significação da história singular das relações de objeto, e não de propriedades do material. A frequência com que essa busca é empreendida na literatura de arteterapia indica menos uma leitura equivocada de Klein do que a ausência de leitura.

A segunda é que a contribuição efetivamente disponível é de outra ordem, e é mais valiosa. A distinção entre equação simbólica e símbolo, a articulação entre posição depressiva e capacidade de representar, a tese de que a criação tem raiz reparatória — esse conjunto oferece critérios para avaliar o estado do trabalho simbólico de um sujeito diante de um material. São critérios de processo, verificáveis na duração e no vínculo, e é sobre eles que uma arteterapia de fundamentação kleiniana pode se construir sem empréstimos indevidos.

A terceira é que o limite enunciado não enfraquece a prática. Declarar que a leitura cromática é hipótese interpretativa, e não medida, devolve a essa leitura o estatuto que ela sempre teve na psicanálise e que nunca a impediu de operar. O que enfraquece a arteterapia é a pretensão diagnóstica que ela não pode sustentar, e que a expõe a uma objeção fácil e inteiramente procedente.

Resta, como agenda, o trabalho de delimitação conceitual. A arteterapia brasileira construiu-se por acumulação de referenciais, incorporando sem triagem contribuições de tradições cujos pressupostos são incompatíveis. A tarefa de examinar cada empréstimo — identificar sua procedência, verificar o que ele de fato autoriza, descartar o que apenas ornamenta — é menos vistosa do que a proposição de novas técnicas, mas é o que pode dar ao campo a consistência que ele reivindica.

Declarações

Conflito de interesses. O autor declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- ARNHEIM, R. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- EDWARDS, D. *Art therapy*. London: Sage, 2004.
- HINSHELWOOD, R. D. *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- JOSEPH, B. Transference: the total situation. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 66, p. 447-454, 1985.
- JOSEPH, B. *Psychic equilibrium and psychic change: selected papers of Betty Joseph*. London: Routledge, 1989.
- KLEIN, M. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego (1930). In: *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 249-264.
- KLEIN, M. *A psicanálise de crianças* (1932). Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizoides (1946). In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.
- KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MALCHIODI, C. A. *The art therapy sourcebook*. 2nd ed. New York: McGraw-Hill, 2007.
- PEDROSA, I. *Da cor à cor inexistente*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- PHILIPPINI, A. *Para entender arteterapia: cartografias da coragem*. Rio de Janeiro: Wak, 2004.
- PHILIPPINI, A. *Linguagens, materiais expressivos em arteterapia: uso, indicações e propriedades*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- SEGAL, H. Notes on symbol formation. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 38, p. 391-397, 1957.
- SEGAL, H. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- SEGAL, H. *Sonho, fantasia e arte*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

MOREIRA, J. S. D. A cor como material de simbolização: uma leitura kleiniana da arteterapia. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 47-53, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.

Conhece-te a ti mesmo: método e ontologia na aproximação entre Sócrates e o behaviorismo radical de Skinner

Know thyself: method and ontology in the approximation between Socrates and Skinner's radical behaviourism

Anna Paula Bailão Marques

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

O preceito delfico "conhece-te a ti mesmo", apropriado por Sócrates como programa filosófico, e a análise do comportamento de B. F. Skinner são tradições habitualmente tratadas como incomensuráveis. Este ensaio examina em que condições uma aproximação entre elas pode ser sustentada e em que ponto ela necessariamente se rompe. Argumenta-se que a convergência é real, mas estritamente metodológica: tanto o exame socrático quanto a análise funcional do comportamento deslocam o saber sobre si do foro íntimo para um procedimento público, fazem-no depender da intervenção de um outro e tomam as consequências da conduta como critério de correção. A ruptura, por sua vez, é ontológica e não admite conciliação: o preceito socrático supõe uma alma a ser conhecida e faz da introspecção a via desse conhecimento, ao passo que o behaviorismo radical recusa explicitamente a introspecção como fonte de dados e o mentalismo como forma de explicação. Sustenta-se que apenas a explicitação dessa fronteira torna a aproximação defensável, e que dissolvê-la — tratando autoconhecimento socrático e autodescrição discriminativa como sinônimos — converte o paralelo em analogia impressionista, sem rendimento teórico nem clínico.

Palavras-chave: Sócrates; Skinner; behaviorismo radical; autoconhecimento; cuidado de si.

ABSTRACT

The Delphic precept "know thyself", appropriated by Socrates as a philosophical programme, and B. F. Skinner's behaviour analysis are traditions usually treated as incommensurable. This essay examines under what conditions an approximation between them can be sustained and at what point it necessarily breaks down. It is argued that the convergence is real but strictly methodological: both Socratic examination and functional analysis of behaviour displace self-knowledge from the inner forum to a public procedure, make it dependent on the intervention of another, and take the consequences of conduct as the criterion of correctness. The rupture, in turn, is ontological and admits of no reconciliation: the Socratic precept presupposes a soul to be known and makes introspection the route to that knowledge, whereas radical behaviourism explicitly rejects introspection as a source of data and mentalism as a form of explanation. It is held that only by making this boundary explicit does the approximation become defensible, and that dissolving it — treating Socratic self-knowledge and discriminative self-description as synonyms — reduces the parallel to impressionistic analogy, without theoretical or clinical yield.

Keywords: Socrates; Skinner; radical behaviourism; self-knowledge; care of the self.

1 Introdução

Poucas fórmulas atravessaram a história do pensamento ocidental com tamanha plasticidade quanto o *gnothi seauton* inscrito no templo de Delfos. Convertida por Sócrates em programa de vida, retomada pelo estoicismo imperial,

reposta pela modernidade como exigência de interioridade e absorvida pelo vocabulário terapêutico contemporâneo, a injunção ao autoconhecimento sobreviveu a transformações radicais naquilo que se supõe existir para ser conhecido. É essa plasticidade que torna legítima — e simultaneamente arriscada — a pergunta deste ensaio: pode o preceito socrático ser posto em relação com o behaviorismo radical de B. F. Skinner, tradição que recusa de modo explícito a interioridade como objeto de conhecimento?

A pergunta não é retórica. Skinner (1982) dedica um capítulo inteiro ao problema do autoconhecimento e conclui que ele é possível, embora não pelas vias que a tradição filosófica lhe atribuiu. A análise do comportamento dispõe, portanto, de uma posição positiva sobre o tema, e não apenas de uma recusa. Igualmente, o Sócrates dos diálogos aporéticos não se apresenta como alguém que contempla o próprio interior: apresenta-se como alguém que submete a exame público as afirmações de outrem e as suas próprias, e que declara nada saber. Há, nas duas pontas, mais procedimento do que introspecção, e é nesse interstício que a aproximação encontra seu terreno.

A tese aqui sustentada é dupla e deliberadamente assimétrica. Afirma-se, primeiro, que existe convergência substantiva entre as duas tradições no plano do *método*: ambas constituem o saber sobre si como resultado de um procedimento, não como dado de partida; ambas o tornam dependente da intervenção de um outro; ambas julgam seu êxito por efeitos observáveis na conduta. Afirma-se, segundo, que não existe convergência alguma no plano da *ontologia do sujeito*: o preceito socrático supõe uma alma cuja natureza é ser conhecida, e o behaviorismo radical nega que haja tal entidade ou que, havendo, ela possa funcionar como causa explicativa. Entre esses dois planos não há passagem gradual, e tratá-los como contínuo é precisamente o erro que torna impressionista a maior parte das aproximações já tentadas.

Essa fronteira é o objeto central do artigo. Sustentá-la não enfraquece a aproximação — é o que a torna enunciável. Uma convergência metodológica entre tradições ontologicamente incompatíveis é um resultado mais interessante, e epistemicamente mais sóbrio, do que uma síntese que só se obtém por supressão das diferenças.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, cujo objetivo não é inventariar a produção

sobre os dois autores, mas examinar a consistência de uma relação proposta entre eles.

O corpus primário reúne, do lado socrático, os diálogos em que o exame de si recebe formulação explícita — a *Defesa de Sócrates*, o *Mênon* e o *Fédon* —, lidos na paginação Stephanus e complementados pelo testemunho de Xenofonte (1996), que oferece contraponto não platônico. Do lado behaviorista, reúne os textos em que Skinner trata diretamente de eventos privados, autodescrição e autocontrole: *Ciência e comportamento humano* (2003), *O comportamento verbal* (1978), o artigo programático de 1963 sobre estímulos privados e *Sobre o behaviorismo* (1982).

O corpus secundário é restrito a obras de referência que permitam situar historicamente cada tradição sem substituí-la: Vlastos (1991) e Kahn (1996) para a reconstrução do procedimento socrático; Hadot (1999) e Foucault (2006) para a inserção do preceito délfico na categoria mais ampla do cuidado de si; Catania (1999) e Baum (2006) para a sistematização dos conceitos de discriminação e de controle por consequências.

O critério de inclusão exigiu que cada fonte pudesse ser enunciada em sua edição e localizada em passagem determinada. Foram excluídas atribuições indiretas não verificáveis, bem como fontes de divulgação sem aparato crítico. O procedimento analítico consistiu em três etapas: reconstituição de cada posição em seus próprios termos; identificação das dimensões em que as duas admitem comparação; e exame, dimensão por dimensão, de se a comparação se sustenta ou colapsa.

3 O preceito délfico e o procedimento socrático

3.1 Do oráculo ao cuidado de si

A inscrição délfica antecede Sócrates e, em sua origem, tem sentido admonitório: conhece tua condição de mortal, não te excedas. A operação socrática consiste em convertê-la de advertência cultural em tarefa filosófica. Hadot (1999) mostra que essa conversão inscreve o preceito num conjunto de práticas — exame de consciência, exercício do diálogo, preparação para a morte — cuja finalidade não é acumular proposições verdadeiras sobre si, mas transformar o modo de viver de quem as pratica. Foucault (2006) radicaliza a leitura: o *gnothi seauton* é subordinado à *epimeleia heautou*, ao cuidado de si, e só adquire sentido como momento de uma prática mais abrangente de constituição do sujeito.

Essa subordinação tem consequência decisiva para o argumento deste ensaio. Se o autoconhecimento socrático fosse apenas contemplação do próprio interior, nada haveria a comparar com uma psicologia que recusa a interioridade. Mas ele é, desde o início, prática orientada a efeitos: Sócrates exorta os atenienses a cuidar menos das riquezas e da reputação e mais de si mesmos (*Defesa de Sócrates*, 29d-30b), e a vida não examinada é declarada não digna de ser vivida (38a) porque o exame modifica quem o pratica, não porque produz um inventário.

3.2 Ironia e maiêutica: o exame como procedimento

O procedimento socrático, tal como reconstruído por Vlastos (1991), tem estrutura reconhecível. O interlocutor enuncia uma tese; Sócrates obtém dele a concordância com premissas adicionais; destas se deduz a negação da tese inicial. O resultado é a *aporia*: o interlocutor descobre-se incapaz de sustentar aquilo que julgava saber. Trata-se de refutação, e Kahn (1996) adverte que o caráter construtivo que a tradição posterior lhe atribuiu — a maiêutica como parto de verdades preexistentes — pertence a uma camada mais tardia da obra platônica do que os diálogos aporéticos.

Dois traços desse procedimento importam aqui. O primeiro é sua natureza *pública*. O exame não se dá no foro íntimo: dá-se em praça, diante de testemunhas, por meio de enunciados que podem ser repetidos, contestados e verificados quanto à coerência. O próprio Sócrates declara-se ignorante (*Defesa de Sócrates*, 21b-23b) e, no *Mênon*, aceita a comparação com a raia-elétrica apenas com a ressalva de que também ele está paralisado (80c-d). O saber sobre si não é dado por quem o possui, porque ninguém o possui de antemão.

O segundo traço é a *dependência do outro*. O episódio do escravo no *Mênon* (82b-85b) costuma ser lido como demonstração da reminiscência; para o argumento presente, o que importa é outro aspecto: o escravo só avança porque Sócrates lhe apresenta, em determinado ponto, a questão que ele não teria formulado sozinho. Suprimida a interrogação externa, suprime-se o percurso. A prática do exame tem, ainda, condição de possibilidade na disposição a purificar o juízo das opiniões herdadas, tema que o *Fédon* desenvolve em registro mais acentuadamente dualista (66b-67b) — registro que, como se verá, é exatamente o que impede a aproximação de passar do método à ontologia.

4 O autoconhecimento no behaviorismo radical

4.1 A recusa da introspecção

A posição de Skinner sobre a introspecção é frequentemente caricaturada como negação da existência de eventos privados. Não é isso que ele sustenta. Skinner (1963) afirma que o behaviorismo radical distingue-se do metodológico justamente por não excluir os eventos privados do objeto da ciência: dores, imagens e falas encobertas ocorrem, e uma ciência do comportamento que as ignorasse seria incompleta. O que ele nega é outra coisa, e em dois movimentos.

Nega, primeiro, que a introspecção forneça *dados* no sentido científico. O relato introspectivo não é observação privilegiada de um objeto interno; é comportamento verbal, emitido sob controle de certas variáveis, e portanto ele próprio um fenômeno a ser explicado, não um instrumento de explicação. Nega, segundo, que entidades mentais possam funcionar como *causas*. Atribuir uma conduta à vontade, à intenção ou ao caráter é, para Skinner (2003), interromper a análise antes que ela comece, substituindo a investigação das variáveis ambientais por uma paráfrase do fenômeno a explicar. É esse mentalismo, e não a existência do privado, o alvo da recusa.

4.2 Autoconhecimento como comportamento verbal discriminativo

Estabelecida a recusa, resta a pergunta positiva: em que consiste, então, conhecer-se a si mesmo? A resposta de Skinner (1978; 1982) é que o autoconhecimento é um repertório de comportamento verbal discriminativo — a capacidade de emitir, diante do próprio comportamento e das variáveis que o controlam, descrições que sejam diferencialmente reforçadas pela comunidade verbal.

A formulação é mais consequente do que parece. Discriminação, na acepção técnica (Catania, 1999), designa o processo pelo qual uma resposta se torna mais provável na presença de um estímulo específico, por efeito de reforçamento diferencial. Dizer que o autoconhecimento é discriminativo é dizer que ele se aprende: alguém se torna capaz de descrever o próprio comportamento porque uma comunidade verbal lhe ensinou a fazê-lo, corrigindo descrições e reforçando outras. Daí decorre a tese mais contraintuitiva do behaviorismo radical sobre o tema — a de que o autoconhecimento é *de origem social*. O indivíduo não tem acesso privilegiado a si: tem acesso privilegiado a uma porção do campo estimular, mas a capacidade de nomeá-la depende inteiramente de um treino que só ou-

tros podem ministrar, e que é necessariamente imperfeito, porque a comunidade não dispõe do acesso que corrigiria o ensino.

4.3 Reforço, autocontrole e autogoverno

A teoria do reforço descreve o controle da conduta por suas consequências: respostas seguidas de consequências reforçadoras tornam-se mais prováveis; respostas sem tais consequências extinguem-se (Baum, 2006; Skinner, 1938). Aplicado ao problema do governo de si, esse princípio produz a noção de autocontrole exposta em *Ciência e comportamento humano* (Skinner, 2003). Controlar-se não significa exercer uma faculdade interior sobre impulsos: significa emitir uma resposta — a resposta controladora — que altera as variáveis de que depende outra resposta. Afastar-se de uma situação, modificar o ambiente, comprometer-se publicamente, programar consequências para si são operações observáveis, e é nelas que o autogoverno consiste.

O rendimento clínico dessa reformulação é considerável, e convém enunciá-lo sem exagero. Ela desloca a intervenção do terreno da exortação moral para o da análise das contingências efetivamente em vigor, e torna o autoco-

nhecimento avaliável por um critério externo: alguém se conhece melhor na medida em que suas descrições do próprio comportamento predizem o que de fato fará.

5 A fronteira entre método e ontologia

5.1 O que a aproximação sustenta

Postas as duas posições em seus próprios termos, a convergência torna-se precisa. Em três dimensões ela é genuína. A primeira é a *publicidade do procedimento*: nem o exame socrático nem a análise funcional admitem que o sujeito decida sozinho, por inspeção, o que é verdadeiro a seu respeito; ambos submetem a autodescrição a um teste que não está sob controle de quem a emite. A segunda é a *dependência do outro*: o interlocutor socrático e a comunidade verbal skinneriana ocupam posição estruturalmente análoga, a de instância sem a qual o saber sobre si não se constitui. A terceira é a *primazia das consequências*: Sócrates julga uma vida pelo exame a que ela se submete e pelos efeitos desse exame sobre o modo de viver; Skinner julga um repertório pelas consequências que o mantém. Em ambos, o critério é deslocado do foro interno para o efeito verificável.

DIMENSÃO	SÓCRATES	SKINNER	A APROXIMAÇÃO SE SUSTENTA?
Via de acesso	Introspecção guiada pelo exame dialógico	Recusada: o relato é comportamento a explicar	Não. Ruptura frontal, sem mediação possível
Objeto conhecido	A alma, entidade cuja natureza é ser conhecida	Um repertório e as variáveis que o controlam	Não. Ontologias incompatíveis
Papel do outro	Interlocutor que interroga e devolve a contradição	Comunidade verbal que reforça diferencialmente	Sim. Saber de si dependente de um terceiro
Critério	Coerência do argumento sob exame público	Consequências efetivas da conduta no ambiente	Parcial. Ambos externalizam o critério
Finalidade	Cuidado de si: transformar o modo de viver	Autogoverno: manipular as próprias variáveis	Sim. Convergência prática, não doutrinária

Tabela 1 — Confronto dimensão a dimensão entre o preceito socrático e o behaviorismo radical. A coluna final registra se a comparação se sustenta na dimensão considerada, e não o grau de semelhança entre as formulações.

5.2 O que a aproximação não sustenta

Nas duas dimensões restantes, a comparação não apenas enfraquece: inverte-se. A primeira é a via de acesso. O preceito socrático, mesmo em sua versão mais prática, supõe que o exame conduza o sujeito a um olhar sobre si — é dentro, na alma ou na consciência, que ele deve procurar aquilo que é e aquilo que deve fazer. O behaviorismo radical recusa essa operação com todas as letras, e não por cautela metodológica: para Skinner (1963), o relato

do que se passa "dentro" é comportamento sob controle de variáveis como quaisquer outras, e tomá-lo como observação do interior é inverter a ordem da explicação.

A segunda é o objeto. O Sócrates do *Fédon* supõe uma alma distinta do corpo, de natureza tal que conhecê-la é a tarefa própria do filósofo. O behaviorismo radical não admite entidade dessa ordem no lugar causal: o que há é um organismo, uma história de interações com o ambiente e um repertório que dela resulta. Não se trata de divergên-

cia sobre o que a alma é, mas de recusa de que haja algo nesse lugar funcional.

Essas duas rupturas não são periféricas — incidem sobre o núcleo de cada tradição. Daí a assimetria sustentada neste artigo: a aproximação é legítima no plano do método e ilegítima no plano da ontologia do sujeito, e nenhuma formulação intermediária reconcilia os dois planos. Aproximações que falham em marcar essa fronteira costumam fazê-lo por um deslizamento verbal característico, o de tomar "observar-se" como termo unívoco, quando designa, de um lado, uma inspeção interior e, de outro, exatamente a recusa dela. Esse deslizamento produz uma síntese aparente ao preço de descaracterizar ambas as posições.

6 A mediação psicanalítica e seus limites

A tradição psicanalítica é frequentemente convocada como termo médio entre filosofia antiga e psicologia experimental, e convém examinar se o papel lhe cabe. Há motivo para a convocação: Freud (1996) também destituiu o sujeito do acesso privilegiado a si, ao sustentar que o essencial da vida psíquica se subtrai à consciência e que o eu não é senhor em sua própria casa. Nessa medida, a psicanálise partilha com o behaviorismo a desconfiança quanto ao testemunho introspectivo e, com Sócrates, a exigência de um procedimento conduzido na presença de um outro.

A mediação, contudo, não se completa. A psicanálise desconfia do relato introspectivo, mas não do psiquismo: ela multiplica as instâncias internas em vez de recusá-las, e faz do inconsciente uma causa, isto é, precisamente o movimento que Skinner (2003) identifica como mentalismo. Do ponto de vista behaviorista, a psicanálise não é um passo em direção à análise funcional: é uma variante sofisticada daquilo que ela rejeita. A psicanálise é, assim, aliada de Sócrates contra a transparência do eu e adversária de Skinner quanto ao estatuto causal do interior — o que a torna um terceiro termo informativo, e não uma ponte.

7 Considerações finais

O percurso autoriza três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que a aproximação entre Sócrates e Skinner é sustentável, desde que enunciada no plano correto. Há convergência verificável quanto ao caráter público do procedimento, à dependência de um outro e à primazia das consequências como critério. Essa convergência não é tri-

vial: ela mostra que a ideia de um saber sobre si constituído por procedimento, e não dado por inspeção, atravessa tradições separadas por vinte e quatro séculos e por pressupostos antagônicos.

A segunda é que a fronteira ontológica não pode ser atravessada. O preceito délfico, tal como Sócrates o pratica, supõe uma alma e faz do olhar sobre si a via de seu conhecimento; o behaviorismo radical recusa ambos os termos. Dissolver essa oposição — tratando a autodescrição discriminativa como versão moderna do exame de consciência — não produz síntese, mas equívoco. Marcá-la é condição para que a comparação tenha valor cognitivo.

A terceira diz respeito ao rendimento prático. As duas tradições oferecem, a quem trabalha com o sofrimento psíquico, injunções compatíveis no plano operatório, ainda que irreconciliáveis no plano doutrinário: não tomar por verdadeiro o que alguém diz de si apenas porque o diz; não conduzir sozinho o exame; julgar seu êxito pelo que se modifica na conduta, e não pelo sentimento de haver compreendido. Essas três regras podem ser derivadas tanto do procedimento socrático quanto da análise funcional, e é significativo que o possam.

Resta como agenda o exame das operações de tradução entre vocabulários. Entre "exame de si" e "autodescrição sob controle discriminativo" há distância que nenhuma analogia vence. Cada par de termos exige investigação específica sobre o que, neles, é comparável, e sobre o que resiste à comparação — trabalho mais lento do que a síntese, e o único capaz de produzir um resultado que nenhuma das duas tradições precise desautorizar para aceitar.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BAUM, W. M. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CATANIA, A. C. *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.
- HADOT, P. *O que é a filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.
- KAHN, C. H. *Plato and the Socratic dialogue: the philosophical use of a literary form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).
- PLATÃO. *Fédon*. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).
- PLATÃO. *Mênon*. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001.
- SKINNER, B. F. *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.
- SKINNER, B. F. Behaviorism at fifty. *Science*, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963.
- SKINNER, B. F. *O comportamento verbal*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1982.
- SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VLASTOS, G. *Socrates: ironist and moral philosopher*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- XENOFONTE. Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. In: *Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

COMO CITAR

MARQUES, A. P. B. Conhece-te a ti mesmo: método e ontologia na aproximação entre Sócrates e o behaviorismo radical de Skinner. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 54-60, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.